

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
DEPARTAMENTO DE TURISMO E HOTELARIA
CURSO DE TURISMO

BRUNO LIMA SOEIRO

**O ID JOVEM COMO UM ALIADO NA FORMAÇÃO PRÁTICA DOS ESTUDANTES
DE TURISMO E HOTELARIA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO**

São Luís

2021

BRUNO LIMA SOEIRO

**O ID JOVEM COMO UM ALIADO NA FORMAÇÃO PRÁTICA DOS ESTUDANTES
DE TURISMO E HOTELARIA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO**

Monografia apresentada à Universidade Federal do Maranhão como requisito para a obtenção do grau de Bacharel em Turismo.

Orientador: Prof. Me. Ruan Tavares Ribeiro

São Luís
2021

Ficha gerada por meio do SIGAA/Biblioteca com dados fornecidos pelo(a) autor(a).
Diretoria Integrada de Bibliotecas/UFMA

Soeiro, Bruno Lima.

O ID Jovem como um aliado na formação prática dos
estudantes de Turismo e Hotelaria da Universidade Federal
do Maranhão / Bruno Lima Soeiro. - 2021.
67 f.

Orientador(a): Ruan Tavares Ribeiro.

Monografia (Graduação) - Curso de Turismo, Universidade
Federal do Maranhão, São Luís, 2021.

1. Formação. 2. Hotelaria. 3. ID Jovem. 4.
Políticas Públicas. 5. Turismo. I. Ribeiro, Ruan
Tavares. II. Título.

BRUNO LIMA SOEIRO

**O ID JOVEM COMO UM ALIADO NA FORMAÇÃO PRÁTICA DOS ESTUDANTES
DE TURISMO E HOTELARIA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO**

Trabalho de conclusão de curso apresentada à banca de examinação do Curso de
Graduação em Turismo da Universidade Federal do Maranhão.

Aprovado em: 30 de abril de 2021 Nota: 10

Banca Examinadora:

Orientador: Prof. Me. Ruan Tavares Ribeiro
Universidade Federal do Maranhão – UFMA

Prof. Dra. Mônica de Nazaré Ferreira Araújo
Universidade Federal do Maranhão – UFMA

Prof. Dr. Anderson Lourenço Miranda
Universidade Federal do Maranhão - UFMA

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, gostaria de agradecer a Deus, por sua infinita graça, que me concede força e ânimo para seguir meu caminho nesta Terra.

Agradeço a meus pais, Aurene e Reginaldo, por seu apoio constante e por sempre acreditarem e se orgulharem de mim.

Agradeço também à minha noiva, Nelma Regina, uma pessoa maravilhosa que sempre esteve comigo em todos os momentos, inclusive nessa sacrificada etapa que foi a construção dessa monografia.

Agradeço aos professores do curso de Turismo da Universidade Federal do Maranhão, que me propiciaram o aprendizado necessário para ser um bom acadêmico e, por conseguinte, um bom profissional, transmitindo generosamente seus conhecimentos e experiências ao longo desses anos da graduação.

Agradeço ao Professor Me. Ruan Tavares Ribeiro, por ter se disponibilizado a ser meu orientador, pela paciência e pelos ensinamentos. Nele encontro um referencial de profissional de excelência de quem sempre recordarei em minha trajetória pós-academia.

Agradeço à Universidade Federal do Maranhão - UFMA, por ter me acolhido no mundo acadêmico e pelo suporte dado durante minha formação profissional.

Agradeço aos parentes e amigos que me acolheram e ajudaram na cidade de São Luís. Nunca é fácil sair de sua terra natal para realizar seus objetivos em outro lugar, mas o apoio deles, certamente, tornou tudo um pouco menos difícil.

Por fim, agradeço a todos que direta ou indiretamente contribuíram para o sucesso de minha jornada acadêmica.

*“Em algum lugar, algo incrível está esperando
para ser descoberto.”*

(Carl Sagan)

RESUMO

O estudo trata do programa social federal Identidade Jovem, ou apenas ID Jovem, e suas possíveis contribuições para a formação dos estudantes de Turismo e Hotelaria. Buscou-se, especificamente, descrever o programa ID Jovem enquanto política pública; identificar possíveis relações entre o perfil socioeconômico dos discentes dos cursos de Turismo e Hotelaria e as participações nas atividades práticas dos cursos; analisar o programa ID Jovem como um possível aliado das atividades práticas dos cursos de Turismo e Hotelaria. O delineamento desse estudo ocorreu, a princípio, com a realização de levantamentos bibliográfico e documental, seguido da pesquisa de campo com os discentes dos cursos analisados. A pesquisa caracteriza-se como exploratória e descritiva, sob uma abordagem quantitativa. O instrumento de coleta de dados utilizado foi questionário, que foi aplicado com os acadêmicos por meio da plataforma Google Formulários. Como resultados, verificou-se que o programa ainda é pouco conhecido entre os estudantes, sendo que a maioria daqueles que afirmam conhecê-lo não sabem como participar. Percebeu-se também que o programa pode ser um importante aliado na formação dos estudantes de Turismo e Hotelaria, pois enriqueceria o aprendizado destes com vivências e experiências práticas que se refletiriam em sua futura atuação profissional.

Palavras-chave: Turismo. Hotelaria. Formação. Políticas públicas. ID Jovem.

RESUMEN

El estudio trata del programa social federal Identidade Jovem, o simplemente ID Jovem, y sus posibles contribuciones para la formación de los estudiantes de Turismo y Hostelería. Específicamente, se busca describir el programa ID Jovem como una política pública; identificar posibles relaciones entre el perfil socioeconómico de los estudiantes de los cursos de Turismo y Hostelería y las participaciones en las actividades prácticas de los cursos; analizar el programa ID Jovem como un posible aliado de las actividades prácticas de los cursos de Turismo y Hostelería. El diseño de este estudio se dio, en un primer momento, con la realización de encuestas bibliográfica y documental, seguido de una investigación de campo con los estudiantes de los cursos analizados. La investigación se caracteriza por ser exploratoria y descriptiva, bajo un enfoque cuantitativo. El instrumento de recolección de datos utilizado fue un cuestionario, que se aplicó a los académicos a través de la plataforma Google Formularios. Como resultado, se encontró que el programa aún es poco conocido entre los estudiantes, siendo que la mayoría de los que afirman conocerlo no saben cómo participar. También se observó que el programa puede ser un aliado importante en la formación de estudiantes de Turismo y Hostelería, ya que enriquecería el aprendizaje de estos con experiencias prácticas que se verían reflejadas en su futuro desempeño profesional.

Palabras-clave: Turismo. Hostelería. Formación. Políticas Públicas. ID Jovem.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	9
2 POLÍTICAS SOCIAIS PARA A JUVENTUDE E O PROGRAMA IDENTIDADE JOVEM (ID JOVEM)	11
2.1 Políticas sociais e públicas para a juventude.....	11
2.2 O programa Identidade Jovem.....	18
3 CONTRIBUIÇÕES E DESAFIOS DAS ATIVIDADES PRÁTICAS NA FORMAÇÃO DE DISCENTES DOS CURSOS DE TURISMO E HOTELARIA	29
4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	45
5 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS.....	47
5.1 Análise.....	47
5.2 Discussão	56
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	59
REFERÊNCIAS.....	61
APÊNDICE A – FORMULÁRIO UTILIZADO NA PESQUISA PARA TCC	65

1 INTRODUÇÃO

O programa ID Jovem foi criado a partir do decreto 8.537, de 05 de outubro de 2015, que regulamenta e dispõe sobre o benefício da meia-entrada para acesso a eventos artístico-culturais e esportivos e estabelece os procedimentos e os critérios para a reserva de vagas a jovens de baixa renda nos veículos do sistema de transporte interestadual.

O decreto complementa a lei 12.852, de 5 de agosto de 2013, que criou o Estatuto da Juventude e dispõe sobre os direitos dos jovens, os princípios e diretrizes das políticas públicas de juventude. A aprovação do Estatuto representou um marco importante, pois foi fruto de uma luta histórica protagonizada por movimentos sociais de juventude. Nele está assegurado aos jovens entre 15 e 29 anos os direitos à cidadania, à educação, à cultura, à mobilidade urbana, dentre outros.

Como essas questões estão diretamente ligadas ao fenômeno turístico (PANOSSO NETTO; TRIGO, 2009), este trabalho monográfico parte da seguinte questão de pesquisa: o programa ID Jovem pode contribuir com a formação de acadêmicos dos cursos de Turismo e de Hotelaria da Universidade Federal do Maranhão (UFMA)?

Como objetivo geral, busca-se analisar se e de que forma o programa ID Jovem pode contribuir com a formação de acadêmicos dos cursos de Turismo e de Hotelaria da UFMA. Para isso, apresentam-se os objetivos específicos: a) descrever o programa ID Jovem enquanto política pública; b) identificar possíveis relações entre o perfil socioeconômico dos discentes dos cursos de Turismo e Hotelaria e as participações nas atividades práticas desses cursos; c) analisar o programa ID Jovem como um possível aliado das atividades práticas dos cursos de Turismo e Hotelaria. Em face aos direitos que proporciona, como o estímulo à mobilidade urbana, que perpassa por outros direitos como à cultura, à educação e ao lazer, partiu-se da proposição de que o programa ID Jovem pode ser um possível aliado das atividades práticas dos cursos de Hotelaria e Turismo, enquanto instrumento de conhecimento experiencial para os jovens, desde que saibam como obtê-lo e utilizá-lo para fins de turismo pedagógico e aquisição de cultura.

Justifica-se a relevância desta pesquisa na carência de estudos sobre o tema, o que torna este trabalho algo, relativamente, inédito. Isso porque durante a fase de

pesquisa bibliográfica, realizou-se uma longa busca a respeito do programa Identidade Jovem e de pesquisas relacionadas a ele no âmbito acadêmico e percebeu-se que há poucos estudos a respeito desse assunto, apesar de o Estatuto da Juventude e de o Decreto 8.537 já estarem em vigor há certo tempo.

No capítulo intitulado “Políticas sociais para a juventude e o programa Identidade Jovem (ID Jovem)”, fez-se uma contextualização quanto aos conceitos de juventude e a criação de políticas públicas e sociais específicas para esse público, bem como falou-se a respeito das legislações que norteiam essas políticas, em especial, as que tratam do Estatuto da Juventude e do programa Identidade Jovem.

No capítulo seguinte, “Contribuições e desafios das atividades práticas na formação de discentes dos cursos de Turismo e Hotelaria”, discutiu-se acerca da importância das metodologias ativas e da experiência para a formação dos estudantes e de que forma o programa poderia ajudar os estudantes de Turismo e Hotelaria da Universidade Federal do Maranhão a ampliar seus conhecimentos sobre a atividade turística no Brasil e a exercitar suas futuras práticas profissionais.

Para atingir os objetivos propostos nessa pesquisa, fez-se uma pesquisa bibliográfica e documental para saber mais acerca do programa ID Jovem e de seus objetivos, com uma seleção de artigos e trabalhos que contribuíram para aprofundar o tema desenvolvido neste trabalho, sobretudo no que diz respeito à formação de estudantes de Turismo e Hotelaria. Para isso, utilizou-se o banco de dados do Google Acadêmico, de periódicos da CAPES e da Universidade Federal do Maranhão – UFMA.

Na sequência, realizou-se uma pesquisa de campo com os estudantes, a fim de levantar o perfil socioeconômico dos respondentes da pesquisa e de identificar também possíveis relações entre o perfil discente dos cursos de Hotelaria e Turismo e suas participações nas atividades práticas dos cursos, além de verificar o conhecimento e adesão ao programa por parte dos acadêmicos. Para isso, fez-se a aplicação de questionário com os discentes através do Google Formulários a fim de fazer um recorte amostral e coletar os dados que nortearam a análise e discussão dos resultados obtidos.

2 POLÍTICAS SOCIAIS PARA A JUVENTUDE E O PROGRAMA IDENTIDADE JOVEM (ID JOVEM)

Neste capítulo discorre-se acerca dos conceitos de juventude e da importância de políticas públicas e sociais específicas para esse público, bem como fala-se a respeito das legislações que norteiam essas políticas, em especial as que tratam do Estatuto da Juventude e do programa Identidade Jovem.

2.1 Políticas sociais e públicas para a juventude

Segundo o último censo, realizado em 2010, e as projeções feitas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, a população brasileira já passa, em 2020, de 211 milhões de habitantes. Desse total, os jovens representam cerca de um quarto da população nacional, o que implica dizer que no Brasil há em torno de 51 milhões de jovens. (IBGE, 2020)

Destarte, é importante frisar que o conceito de jovem é bastante esquivo. Barbosa; Araújo (2009, p. 229) pontuam que “deve-se assinalar que a juventude é uma categoria em permanente construção social e histórica, variando no tempo, na mesma sociedade e segundo os diversos efeitos globais dos fenômenos econômicos, sociais e culturais.”

Portanto, a juventude deve ser vista como uma construção histórica e não apenas uma condição etária e que “Cada época e cada cultura postulam diferentes maneiras de ser jovem, sobredeterminadas por dentro de situações sociais e culturais específicas.” (ABRAMOVAY; CASTRO, 2015, p. 13)

Assim, convém dizer, ainda, que “A bibliografia especializada vem destacando a expressiva diversidade que este termo esconde e que deve ser revelada, especialmente quando o debate estiver associado à formulação de políticas públicas”. (JACCOUD; HADJAB; ROCHET, 2009, p. 169)

A partir disso, buscou-se aqui caracterizar o jovem sob duas óticas: a etária e a sociológica. Do ponto de vista etário, “são consideradas jovens as pessoas com idade entre 15 (quinze) e 29 (vinte e nove) anos de idade”. (BRASIL, 2020, p. 8). Quanto a isso, Barbosa; Araújo (2009, p. 229) alertam que a “adoção do recorte etário de 15 a 29 anos no âmbito das políticas públicas no Brasil é muito recente”.

Já sob uma perspectiva sociológica, destacam-se três correntes teóricas que buscam estabelecer a definição de juventude:

Quadro 1: Correntes teóricas que conceituam a juventude

Teoria tradicionais	concebem a juventude como uma faixa etária, como a transição entre a infância (mundo privado e concepções pré-lógicas) e a vida adulta (mundo público e concepções racionalmente legitimadas)
Teorias críticas	buscam desmistificar a noção de uma juventude uniforme e extraclasse, valorizando a diversidade, a criatividade e a capacidade revolucionária dos grupos juvenis
Teoria pós-críticas	rompem com a perspectiva criada na primeira modernidade e defendem as transições para a maturidade como processos labirínticos, não lineares, múltiplos e ativos.

Fonte: GROPPPO, 2017, *apud* BARCELOS *et al*, 2018

Abramovay e Castro (2015, p. 14) afirmam ainda que “Parte-se da afirmação de que não há somente uma juventude, mas juventudes que se constituem em um conjunto diversificado com diferentes parcelas de oportunidades, dificuldades, facilidades e poder na nossa sociedade”. Sposito e Carrano (2003, p. 17), por sua vez, corroboram essa proposição, pois afirmam que “alguns estudiosos tomam a ideia de juventude em seu plural, juventudes, devido a diversidade de situações que afetam os jovens brasileiros”.

Fato é que, seja qual for a corrente escolhida, é fundamental perceber que os jovens possuem aspectos cognitivos, psicológicos e sociais específicos e que a noção de juventude deve ser levada em consideração no momento de concepção de programas e políticas públicas e sociais para eles.

Além disso, é importante dar voz aos jovens e isso consiste também em estimular a participação política deles para que reconheçam seus anseios e assim, tenham ações mais eficientes no atendimento das suas necessidades. Para isso, é preciso considerar o jovem como um sujeito de direitos, que merece e deve ser ouvido, entendido e considerado, inclusive na hora da formulação de políticas sociais.

É importante salientar ainda que

Os diversos desafios enfrentados pela população jovem brasileira destacam a necessidade do desenvolvimento de políticas públicas transversais, que sejam orientadas pelo atendimento integral das demandas deste grupo. Isto exige a definição de estratégias que envolvam o Estado tanto em ações afirmativas para grupos específicos quanto em políticas voltadas a todos os jovens, garantindo-lhes a condição de sujeitos de direitos. (BARCELOS et al, 2018, p. 22)

É nesse sentido que se torna fundamental a criação de políticas públicas para a juventude. Sobre isso, Sposito e Carrano (2003) acrescentam que

No Brasil os jovens são abrangidos por políticas sociais destinadas a todas as demais faixas etárias, e tais políticas não estariam sendo orientadas pela idéia de que os jovens representariam o futuro em uma perspectiva de formação de valores e atitudes das novas gerações. Esse cenário passa a se alterar no final dos anos de 1990 e no início da década atual. Iniciativas públicas são observadas, algumas envolvendo parcerias com instituições da sociedade civil, e as várias instâncias do Poder Executivo – federal, estadual e municipal – são mobilizadas. Mas o reconhecimento de consensos preliminares em torno de sua relevância na sociedade brasileira não obscurece a diversidade de orientações e pressupostos que alimentam projetos e programas destinados aos jovens. (SPOSITO e CARRANO, 2003, p. 17)

Cabe destacar que há também outros grupos de jovens que necessitam serem alcançados por políticas públicas de inclusão, como os filhos de trabalhadores rurais e urbanos que vivem em situação de pobreza. Das décadas de 1990, 2000 até 2017, houve dezenas de programas e projetos federais voltados para a infância e início de juventude, mas poucos eram voltados para jovens a partir de 18 anos.

Assim, era perceptível a invisibilidade dos jovens como sujeitos de direitos, algo que permaneceu por bastante tempo na legislação e, até mesmo, nas políticas públicas, tendo em vista que por muito tempo eram realizadas apenas ações pontuais em diferentes ministérios. Apenas em 2004 que surgiu a proposta da criação de um Estatuto da Juventude e, em 2005, criada uma secretaria específica para este público.

A partir de 2004, inicia-se no Brasil um amplo processo de diálogo entre governo e movimentos sociais sobre a necessidade de se instaurar uma política de juventude no país. O desafio era o de pensar políticas que, por um lado, visassem à garantia de cobertura em relação às diversas situações de vulnerabilidade e risco social apresentadas para os jovens e, por outro, buscassem oferecer oportunidades de experimentação e inserção social múltiplas, que favorecessem a integração dos jovens nas várias esferas sociais[...]. Este processo de diálogo concedeu projeção nacional à temática da juventude. (SILVA; ANDRADE, 2009, p. 50)

Sendo assim, visando atender melhor às demandas específicas dessa parcela da população, foi criada, a partir da lei nº 11.129, de 30 de junho de 2005, a Secretaria Nacional de Juventude (SNJ) e instituído o Conselho Nacional de Juventude (CONJUVE).

De início, a SNJ estava vinculada à Secretaria-Geral da Presidência da República. Novaes (2009, p. 20) esclarece que isto, a princípio, “foi uma estratégia para melhor promover a integração e a transversalidade das políticas, dos programas e das ações”, levando em consideração que as ações que afetavam os jovens tinham dimensões variadas e estavam localizadas em diferentes ministérios, como anteriormente dito. Contudo, desde a edição do Decreto nº 9.673, de 2 de janeiro de 2019, a SNJ integra o Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos. Cabe destacar, por fim, que no mesmo ano esse decreto foi revogado e substituído pelo decreto nº 10.174, de 13 de dezembro de 2019 que deu providências semelhantes.

A SNJ foi criada como um desdobramento da Política Nacional de Juventude, sendo a responsável por elaborar, validar, articular e avaliar os programas e ações voltadas aos jovens bem como evitar a desintegração das políticas que já existiam.

Quadro 2: Atribuições da SNJ

• Formular, supervisionar, coordenar, integrar e articular políticas públicas para a juventude.
• Articular, promover e executar programas de cooperação com organismos nacionais e internacionais, públicos e privados, voltados à implementação de políticas para a juventude.
• Desempenhar as atividades da Secretaria Executiva do Conselho Nacional de Juventude.

Fonte: SILVA; ANDRADE, 2009, p. 51.

O CONJUVE, por sua vez, surgiu com a proposta de ser um importante canal de comunicação entre o governo federal e a população jovem. Isso porque a criação do Conselho foi fruto do reconhecimento que é necessário formular políticas para a juventude com um olhar interno, isto é, levando em consideração as múltiplas realidades dos jovens brasileiros. Para isso, o CONJUVE realiza pesquisas sobre o contexto socioeconômico dos jovens, para conhecer e atender com mais eficiência as demandas de cada grupo.

Por último, complementando o arcabouço institucional federal para a implementação da Política Nacional de Juventude, criou-se o Programa Nacional de Inclusão de Jovens, “que contemplava ações de aceleração de escolaridade, qualificação profissional e execução de ações comunitárias para os jovens e transferia auxílio financeiro da ordem de R\$ 100,00 para os jovens”, desde que tivessem entre 18 e 24 anos, houvessem concluído a 4ª série, mas não a 8ª série do ensino fundamental e não estivessem trabalhando. (SILVA; ANDRADE, 2009, p. 52)

Embora o foco deste trabalho esteja na esfera federal, pelo fato de o ID Jovem ser um programa federal, a título de informação, vale destacar que em se tratando de arcabouço institucional, a nível estadual, tem-se a Secretaria de Estado Extraordinária da Juventude (SEEJUV), criada a partir do decreto nº 184 de 1º de janeiro de 2015, que, por sua vez, organiza e define a Medida Provisória nº 082, de 14 de dezembro de 2010. A SEEJUV tem a função de articular junto às Secretarias de Estado a formulação, implementação, coordenação, acompanhamento e avaliação das políticas públicas de juventude do Estado”. (MARANHÃO, 2011, p. 6)

Já a nível municipal, atualmente não existe uma secretaria específica para atender o público jovem na cidade de São Luís. Aliás, em toda região metropolitana de São Luís, o município de São José de Ribamar é o único que possui uma secretaria especializada.

Nesse ponto, observa-se uma importante mudança de paradigma. O jovem que, muitas vezes, não era notado pelo poder público ou, pior, visto como um empecilho à ordem pública, passou a ser considerado um indivíduo altamente produtivo e importante para o progresso do país. Desse modo, pela primeira vez, as políticas de juventude reconheciam que a segurança e o bem-estar dos jovens são fundamentais para o pleno desenvolvimento do país. (SPOSITO E CARRANO, 2003)

Novaes (2009), por sua vez, reitera que em se tratando de Políticas Públicas de Juventude (PPJs) é fundamental considerar que os problemas e as demandas dos jovens estão relacionados tanto com os aspectos (re)distributivos gerais da sociedade excludente quanto com questões de reconhecimento e valorização específicos. Por isso, classifica as PPJs em três grupos, conforme a rede de proteção e os direitos que visam assegurar:

Quadro 3: Políticas Públicas de Juventude, de acordo com os direitos e rede de proteção vigentes

<p>1. Universais – aqui estariam as políticas setoriais dirigidas a toda a população, inclusive aos jovens. [...] Historicamente, constituem-se como direitos de cidadania, motivo pelo qual destas se espera hoje que incorporem as especificidades do recorte etário – direitos difusos – e, assim, incorporem questões singulares da atual geração juvenil.</p>
<p>2. Atrativas – seriam aquelas que não são dirigidas apenas aos jovens, mas têm especial incidência sobre eles: seja por afinidade com a natureza da política [...] seja porque lhes abrem oportunidades específicas – como aquelas que regulam fluxos migratórios –, seja porque, mesmo voltadas para espaços territoriais, onde convivem diferentes faixas etárias, afetam particularmente os jovens – por exemplo, as políticas de segurança e combate à violência. No geral, podem ter um caráter emergencial ou experimental, ou combinar as duas dimensões.</p>
<p>3. Exclusivas – seriam aquelas voltadas apenas para uma faixa etária predefinida entre 15 e 29 anos. Sejam estas na área de educação, trabalho, desenvolvimento social, saúde, cultura, migração, segurança, via de regra, constituem-se em programas e ações emergenciais para jovens excluídos ou em situações de exclusão desfavorável.</p>

Fonte: NOVAES, 2009, p. 19-20, grifo nosso.

Assim, tendo em vista, ainda, a implementação e garantia de direitos, foi criado, em 2013, o Estatuto da Juventude e o Sistema Nacional de Juventude – SINAJUVE. A lei 12.852, de 05 de agosto de 2013 dispõe sobre os direitos dos jovens, estabelecendo os princípios e as diretrizes das políticas públicas para esse público-alvo. Barcelos *et al* (2018, p. 24) lembra, no entanto, que “o projeto de lei 4.529, que deu origem ao Estatuto da Juventude começou a ser discutido em 2004. O texto só foi aprovado em 2013”.

Com a proposta de promover e garantir os direitos aos jovens, o Estatuto determinou também as obrigações do Estado, da família e da sociedade como um todo na execução desses direitos. Por isso, a aprovação desse documento representou um marco importante para a juventude e um grande avanço para a afirmação de direitos fundamentais e promoção de uma sociedade mais justa.

O Estatuto é constituído por 48 artigos, divididos em dois títulos. O primeiro título diz respeito aos direitos e às políticas nacionais de juventude. Esse título é composto por dois capítulos. O primeiro possui duas seções e abrange as diretrizes gerais. Já o segundo, é composto por onze seções e trata dos direitos dos jovens. O outro título, composto por três capítulos, fala sobre o Sistema Nacional de Juventude, sua composição, suas competências e dos Conselhos de Juventude, respectivamente.

Neste trabalho, dar-se-á ênfase às seções VI e IX do primeiro título. Nelas, encontram-se resguardados os direitos à cultura e à mobilidade, respectivamente. O artigo 21, na seção VI, trata do direito à cultura: “O jovem tem direito à cultura, incluindo a livre criação, o acesso aos bens e serviços culturais e a participação nas decisões de política cultural, à identidade e diversidade cultural e à memória social” (BRASIL, 2020, p. 16).

Já o Artigo 31 da Seção IX, disserta sobre o direito ao território e à mobilidade e garante que todo “jovem tem direito ao território e à mobilidade, incluindo a promoção de políticas públicas de moradia, circulação e equipamentos públicos, no campo e na cidade”. Contudo, falar-se-á melhor acerca disso na próxima seção desse capítulo. (BRASIL, 2020, p. 20)

Em relação à responsabilidade sobre a implementação das diretrizes e, assim, assegurar esses direitos, Barcelos et al (2018, p. 29) comenta que “para que essas diretrizes sejam implementadas, ficou estabelecido, neste mesmo documento, que cabe à União envidar esforços, em articulação com os estados, o Distrito Federal (DF) e os municípios”.

Após chegar-se até aqui, é importante salientar que a juventude brasileira é um grupo vulnerável que enfrenta muitos desafios cotidianamente e que encontra muitos entraves para ter acesso a direitos básicos como à educação, à cultura e ao lazer, embora seja o grupo social com maior escolaridade no país. Para Sposito e Carrano (2003, p. 21), a juventude tem “problemas reais, identificados principalmente na área da saúde, da segurança pública, do trabalho e do emprego”. Para eles, esses problemas

dão a materialidade imediata para se pensar as políticas de juventude sob a égide dos problemas sociais a serem combatidos. Nesse processo é possível reconhecer que, em muitas formulações, a própria condição juvenil se apresenta como um elemento problemático em si mesmo, requerendo, portanto, estratégias de enfrentamento dos “problemas da juventude”. Isso se expressa, por exemplo, na criação de programas esportivos, culturais e de trabalho orientados para o controle social do tempo livre dos jovens, destinados especialmente aos moradores dos bairros periféricos das grandes cidades brasileiras. (SPOSITO; CARRANO, 2003, p. 21)

Daí a necessidade de políticas específicas de efetivação desses direitos. Inclusive, essa definição de políticas públicas para a juventude, como viu-se, é um processo recente e envolveu muitas pressões por parte da sociedade civil e de

entidades internacionais. As lutas e conquistas da juventude nas últimas décadas no tocante à formulação de políticas inclusivas têm, inclusive, mudado a maneira como o Estado desenvolve e efetiva os programas sociais e serviços oferecidos por ele.

A compreensão de que o jovem brasileiro enfrenta, há muito, uma situação de vulnerabilidade que o impede de gozar os direitos e prerrogativas que lhe são prometidos pela legislação tem estimulado a definição de políticas públicas específicas para este grupo, reconhecendo e valorizando suas características idiossincráticas. (BARCELOS *et al.*, 2018, p. 28)

Assim, é fundamental enfrentar as vulnerabilidades as quais os jovens estão submetidos, o que acaba sendo o grande desafio em que as políticas públicas e sociais podem e devem atuar, de modo a reduzir as desigualdades sociais e ampliar oportunidades. Devem, também, visar “promover o bem-estar da população pela via do enfrentamento de vulnerabilidades e da proteção em situações de violação de direitos”. (JACCOUD; HADJAB; ROCHET, 2009, p. 171)

2.2 O programa Identidade Jovem

Como dito anteriormente, é a partir da criação da Política Nacional de Juventude e do Estatuto da Juventude que o jovem passa a ser visto como sujeito de direitos e a ter um documento que lhe assegure quanto ao cumprimento destes. Tendo em vista essa finalidade, foi instituído também o decreto 8.537, de 05 de outubro de 2015, que criou o programa Identidade Jovem, ou apenas ID Jovem. O programa de política complementar nasceu com a proposta de garantir o acesso dos jovens aos direitos contemplados no Estatuto da Juventude, sobretudo, no que diz respeito às questões de mobilidade, cultura, esporte e lazer.

O decreto amplia o benefício da meia-entrada para acesso a eventos artístico-culturais e esportivos e estabelece os procedimentos e os critérios para a reserva de vagas gratuitas ou com, no mínimo 50% de desconto, no transporte interestadual. Esse benefício passou a ser oferecido aos jovens com idade entre 15 e 29 anos, que pertençam a famílias com renda mensal de até dois salários mínimos e que estejam inscritas no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal – CadÚnico.

Barcelos *et al* (2018) pontua que

Ao garantir acesso a benefícios como meia-entrada em eventos artístico-culturais e esportivos, assim como passagens gratuitas ou com desconto no sistema de transporte coletivo interestadual, o ID Jovem pode colocar em prática dois eixos provenientes das lutas dos jovens: o acesso à cultura e a mobilidade. (BARCELOS *et al.*, 2018, p. 70-71)

Em se tratando do benefício de meia-entrada, cabe destacar que antes do ID Jovem, já havia o reconhecimento da meia-entrada em atividades culturais, esportivas e educacionais para estudantes. A novidade no programa, no entanto, é a ampliação do público-alvo das leis de meia-entrada. Para além do público estudantil, o ID Jovem buscou atender também os jovens que não são estudantes, especialmente aqueles com renda mais baixa, tendo em vista que, segundo o Censo Escolar 2015, os estudantes que mais utilizavam esse direito eram os mais jovens, mais escolarizados e com maior renda.

O programa também levou em consideração os efeitos positivos gerados pelas leis de meia-entrada. Através de pesquisas aplicadas, é possível perceber que estimular o consumo cultural e esportivo dos jovens, sobretudo de renda mais baixa é algo vital para as economias bem sucedidas.

O entendimento de que a implementação das leis estaduais e municipais de meia-entrada tem efeitos positivos – tanto para o aumento na probabilidade de um determinado grupo consumir bens e serviços culturais, quanto para elevação de gastos com esse tipo de bem e serviço – já foi confirmado por inúmeras pesquisas aplicadas (WINK *et al.*, 2016), assim como a capacidade dessas políticas de inclusão de estimular a relação simbiótica entre capital humano e capital cultural (vista por muitos autores como economia fundamental nas sociedades mais produtivas) (BARCELLOS *et al.*, 2018, p. 28)

Em outras palavras, o acesso das camadas populares aos serviços culturais, não é apenas interessante do ponto de vista individual, mas também social e econômico de um país.

Vale destacar que mais do que um direito alicerçado no Estatuto da Juventude, o acesso à cultura está previsto na Constituição Federal. Segundo o texto constitucional, é competência do comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, proporcionar os meios de acesso à cultura, além de promover incentivos para o conhecimento de bens e valores culturais. Assim, o acesso à cultura é fundamental para o pleno exercício da cidadania, da expressão simbólica e do desenvolvimento socioeconômico do país.

Em se tratando do acesso do jovem à cultura, Barbosa; Araújo (2009) dissertam que

Em certo sentido, a juventude é um momento do tempo suspenso, ou seja, um adiamento da vida verdadeira, que é a vida adulta, mas, ao mesmo tempo, é quando se vivenciam de forma especial os laços sociais e afetivos e se desenvolvem elementos da própria personalidade e da autoexpressão. Nas relações com a cultura e na construção das identidades sociais, esta contextualização é importante, ainda que insuficiente. (BARBOSA; ARAÚJO, 2009, p. 229)

Na última década, observou-se que houve uma tendência de integração da cultura com outras políticas públicas, de forma a, estrategicamente, estruturar e equilibrar a produção e consumo de cultura pelos cidadãos. Contudo, essas ações ainda não foram suficientes para diminuir o quadro de desigualdades de acesso à produção cultural. (BARCELOS *et al*, 2018)

Barbosa; Araújo (2009) chamam atenção para o fato de que

O consumo cultural dá ordem a significados e indicia inúmeras identidades sociais. Os bens culturais consumidos aproximam ou afastam pessoas e grupos; permitem compartilhar semelhanças e assinalar diferenças de origem e trajetórias sociais; traçam linhas de um sistema de inclusão e exclusão. (p. 237)

Segundo dados coletados em publicações do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA, até 2010 “a maioria dos brasileiros declararam nunca terem visitado uma sala de cinema (54%); nunca terem ido ao teatro, circo ou apresentações de música (60%); e jamais terem visitado museus ou centros culturais (70%). (BARCELOS *et al*, 2018, p. 33). Some-se a isso o fato de que a minoria consumidora de cultura no Brasil, em 2013/2014, era composta predominantemente por pessoas da classe “A”.

Outra dificuldade muito presente, sobretudo nos municípios do interior do Brasil, é a falta de equipamentos culturais. Segundo Barcelos *et al* (2018),

Em 2014, 97,1% dos municípios brasileiros possuíam uma biblioteca pública. Clubes e associações recreativas estavam presentes em 66,1% das cidades. Centros culturais só podiam ser encontrados em 37% dos municípios brasileiros, e livrarias, em 27,4%. Museus estavam presentes em 27,2% das cidades; teatros e salas de espetáculos, em 23,4%. Galerias de arte, em apenas 4,7%. (BARCELOS *et al*, 2018, p. 34)

A partir desses dados pode-se fazer algumas inferências: a primeira é que há a necessidade de ações governamentais que visem a ampliação do número de eventos e espaços culturais pelo país, principalmente nas cidades mais distantes das

metrópoles. A segunda é que programas como o ID Jovem estimulam o consumo de produtos culturais, pois oferecem condições de acesso a esses produtos.

Sobre a importância do ID Jovem na garantia de acesso à cultura, por, minimamente, garantir a oferta de meia-entrada em eventos culturais, esportivos e de lazer, a autora destaca que

Por si só, tal medida não garante o acesso a estes produtos culturais, já que parte significativa dos municípios brasileiros não possui equipamentos de cultura. Assim, a oferta de passagens do transporte coletivo interestadual minimiza tal problema, enquanto também exige, por parte do poder público, outras ações para garantir a oferta de produtos culturais aos moradores de cidades menos favorecidas. (BARCELOS et al, 2018, p. 34)

Em relação à questão do acesso ao esporte como política pública, a situação é um pouco diferente. Isso porque, segundo a autora, “em 2014, 91,5% dos municípios brasileiros possuíam ginásio ou um estádio.” (BARCELOS et al, 2018, p. 35). Pese aqui o fato de o futebol ser o esporte mais difundido pelo país, em detrimento de outras práticas esportivas, muito por conta do enorme espaço que o esporte possui na mídia brasileira.

Barcelos et al (2018) sugere que a despeito da existência de equipamentos esportivos, há outras questões sociais que acabam por inviabilizar a participação da população de menor renda a esses espaços. Ela enumera algumas razões para isso, que vão desde o horário avançado das partidas noturnas, o que acaba afastando as pessoas que precisam se deslocar utilizando o transporte público, que dependendo da localidade, se encerra antes do fim das partidas, até o alto preço dos ingressos nacionais e internacionais realizadas no país, o que faz com muitos espectadores em potencial optem por assistir os esportes pela televisão. Nesse contexto, é possível perceber a importância de políticas que minimizem essas dificuldades.

No que diz respeito à questão de mobilidade, um aspecto que precisa ser considerado é que em um país continental como o Brasil é necessária uma ampla rede de transportes que interliguem os diferentes pontos do território brasileiro e muito embora haja a oferta de diferentes modais de transporte, é a malha rodoviária brasileira a responsável pelo maior fluxo de bens e pessoas. Assim, os ônibus são os meios de transporte coletivos mais utilizados pela população brasileira. Vale destacar que o transporte coletivo é estruturado quase que na totalidade em torno do uso dos ônibus, salvo algumas exceções, como trens, metrô e balsas em regiões específicas, como na Amazônia.

Barcelos et al (2018) pontua que o transporte coletivo é considerado como um direito fundamental e que ele é imprescindível para equilibrar a economia, o ambiente e a mobilidade nas cidades, por isso exige do poder público ações, por meio de políticas e serviços, que garantam a prestação social do seu cumprimento.

Desse modo, o transporte público é mantido pelos municípios com investimentos também dos estados e do governo federal. Conforme a Carta Magna, também são atribuições do poder público nessa área: a construção de vias, pontos de paradas e terminais; a organização das linhas e horários; a regulação do custo de passagens; a implementação de políticas de isenção de tarifas e; a fiscalização das empresas responsáveis pela operação do sistema, além de outras providências.

Como é direito fundamental, o próprio Estatuto da Juventude oportunizou aos jovens brasileiros de baixa renda a reserva de duas vagas gratuitas por veículo e de mais duas vagas com, no mínimo, 50% de desconto no valor da passagem. E foi a partir da obrigatoriedade de cumprimento da lei, em 2015, que a SNJ começou a trabalhar nos moldes do que mais tarde se tornaria o ID Jovem.

Em relação à gratuidade ou desconto no transporte interestadual por meio do ID Jovem, é necessário ressaltar que o decreto que originou o programa careceu de regulamentação pelas agências de transporte responsáveis para ter efetividade. Em relação à validação para transportes rodoviários e ferroviários, só aconteceu em 2016, por intermédio da Resolução 5063, editada pela Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT. Em se tratando do transporte hidroviário, a efetivação ocorreu em 2017, através da Resolução Normativa nº 16, editada pela Agência Nacional de Transportes Aquaviários – ANTAQ.

Dentre os benefícios oferecidos pelo programa, as vagas em transportes interestaduais foram as mais utilizadas pelos usuários. Pode-se perceber que o ID Jovem representa uma oportunidade para que os jovens com menor renda conheçam novos estados e também fiquem mais próximos de suas famílias, pois segundo palavras do então secretário nacional de Juventude à época da implementação do programa, Francisco de Assis da Costa Filho,

Quando esse jovem ganhava a oportunidade de morar em outro estado para fazer um curso técnico ou uma faculdade, ele acabava ficando muito tempo sem visitar sua família e sua cidade natal. Com o ID Jovem, ele passou a viajar para casa mais vezes, pôde conhecer outros estados brasileiros e teve a garantia do seu direito de ir e vir assegurado. São novos horizontes e oportunidades que se abriram para a juventude brasileira. (BARCELOS et al, 2018, p. 11)

A autora, no entanto, posteriormente chama atenção para o fato de a maior parte das passagens terem sido emitidas nas capitais, o que poderia indicar que muitos jovens de cidades do interior do Brasil ainda desconhecem o programa. O que demonstra uma necessidade de interiorizar o ID Jovem.

É importante frisar, no entanto, que desde o lançamento até a implementação do programa, foram realizadas várias ações de divulgação as quais se irá elencar a seguir.

Quando se fala em implementação de políticas públicas no Brasil são variadas as dificuldades encontradas. Dentre elas, pode-se elencar a grande dimensão geográfica e a disparidade econômica, além da carência de informações sobre essas políticas para os setores que mais são carentes de assistência para acessar esses direitos. (BARCELOS et al, 2018)

Pensando em minimizar as discrepâncias citadas, é que em 22 de março de 2017, três meses após o lançamento oficial do programa, o ID começou a empreender uma série de visitas aos estados do país, ou melhor, às capitais, dando início à principal estratégia de divulgação do programa: as Caravanas ID.

As Caravanas ID tinham como objetivo, além da divulgação do programa, a mobilização de agentes locais para que estes trabalhassem a favor do cumprimento das diretrizes previstas no Estatuto da Juventude, assegurando aos jovens a efetividade dos direitos já adquiridos.

Nesse meio tempo, a SNJ investiu grandes somas em publicidade. Acrescido a isso, foi definido um cronograma de visitas presenciais aos 27 entes federados, com a participação do Secretário Nacional de Juventude e do poder público local. Sobre a programação das Caravanas ID, Barcelos et al (2018) enuncia que

Além da presença do Secretário Nacional de Juventude, a programação dos lançamentos da Caravana ID incluíam parcerias com os CRAS, como forma de garantir que aqueles que ainda não constavam na plataforma do CadÚnico tivessem a chance de se cadastrar, e incluíam a participação de gestores da própria SNJ, que ficariam imbuídos de gerar carteirinhas para os interessados em tempo real, além de instruir ao público como fazê-lo via celular. Oficinas de treinamento também eram oferecidas durante os lançamentos das Caravanas, com o intuito de conscientizar agentes locais a respeito da necessidade de disseminar informações concernentes a esta política pública para a população. (BARCELOS et al, 2018, p. 47)

Antes continuar a falar sobre as Caravanas, é necessário aproveitar o fragmento acima para que se possa entender o processo necessário para que o jovem

consiga emitir sua carteirinha do ID Jovem e usufruir das benesses que ela lhe proporciona, conforme é rapidamente demonstrado no trecho anterior.

O ID Jovem, como anteriormente dito, é um programa complementar de assistência imediata pautado na promoção de bem-estar e proteção social aos jovens de baixa renda. Mas para isso, é critério fundamental do programa que o jovem comprove que sua renda familiar máxima é de dois salários mínimos. Ademais, é necessário também que os beneficiários em potencial estejam inscritos no banco de dados do CadÚnico, pois estes serão utilizados na identificação e seleção dos candidatos.

A exemplo do que acontece com outros programas sociais de grande porte, como o Bolsa Família e o Minha Casa, Minha Vida, é através do CadÚnico que o governo identifica o contexto socioeconômico das famílias cadastradas e determina se elas têm direito ao usufruto de benefícios sociais. Por isso, esses dados precisam ser atualizados a cada dois anos ou sempre que houver uma mudança na situação de algum dos membros da família.

O cadastramento do CadÚnico é feito pelo Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), que é a principal estrutura física municipal para a proteção social para famílias ou pessoas em situação de vulnerabilidade. É através dele que é possível o acesso a políticas públicas sociais, como o ID Jovem, dentre outros.

Contudo, é importante deixar claro que somente a inclusão no CadÚnico, que é uma condição primeira para participação em programas sociais, não dá a garantia de acesso aos benefícios. Barcelos et al (2018, p. 38) esclarece que “isso acontece porque, muito embora os governos se utilizem de informações do CadÚnico para inclusão (ou não) nos programas, estes são gerenciados por órgãos distintos”. Ela conclui explicando que dessa forma, “a seleção e o atendimento da família ocorrem de acordo com critérios e procedimentos definidos pelos gestores e pela legislação específica de cada um desses órgãos.” (BARCELOS et al, 2018, p. 38-39)

Após a inclusão no CadÚnico e em posse de um NIS, o jovem pode então emitir sua carteira através do Portal da Juventude ou pelo aplicativo “ID Jovem 2.0”, ambos geridos e operacionalizados pela SNJ. Gonçalves Farias; Ragagnin Pimentel (2021, p. 131) recordam que “Desde sua criação em 2015 até o início de 2018, o Programa foi administrado pela Caixa Econômica Federal. A partir de então, sua administração ficou sob responsabilidade da Secretaria Nacional da Juventude (SNJ)”, por conta de uma série de problemas, como duplicidade de cadastros, por exemplo.

Feito esse adendo, retornar-se-á à questão das Caravanas ID. Para que elas tivessem maior possibilidade de sucesso e atingisse o maior número possível de municípios brasileiros, os 26 estados e o Distrito Federal foram divididos em 11 regiões, em que os estados mais populosos eram considerados uma única região e os menos populosos eram agrupados entre si.

As regiões foram organizadas da forma que está descrita no quadro a seguir:

Quadro 4: Divisão de estados em regiões para receberem as Caravanas ID

Região 1	Minas Gerais (MG);
Região 2	São Paulo (SP);
Região 3	Roraima (RR), Rondônia (RO), Acre (AC) e Amazonas (AM);
Região 4	Maranhão (MA), Piauí (PI) e Ceará (CE);
Região 5	Pernambuco (PE), Paraíba (PB) e Rio Grande do Norte (RN);
Região 6	Alagoas (AL), Sergipe (SE) e Bahia (BA);
Região 7	Rio de Janeiro (RJ) e Espírito Santo (ES);
Região 8	Mato Grosso (MT), Mato Grosso do Sul (MS), Goiás (GO) e Distrito Federal (DF);
Região 9	Rio Grande do Sul (RS);
Região 10	Pará (PA), Amapá (AP) e Tocantins (TO);
Região 11	Santa Catarina (SC) e Paraná (PR).

Fonte: BARCELOS et al, 2018, p. 47.

Apesar do sucesso da Caravana nas capitais, observou-se a necessidade de contemplar também os jovens que viviam em municípios mais afastados das cidades-polo. A partir dessa percepção, gestores e coordenadores do programa decidiram dar início a uma rede de mobilizadores para promover e divulgar o programa nas cidades de interior, fomentando a participação desses jovens que até então estavam excluídos.

Os mobilizadores eram, *a priori*, um grupo de 27 consultores – um por estado - contratados por um período de seis meses que tinha como função garantir a continuidade dos serviços da Caravana e atingir municípios que não haviam sido visitados por ela. Mais do que isso, eles garantiriam que todos os envolvidos nesse processo – CRAS, Procon, jovens, empresas de transporte, dentre outros – estivessem informados a respeito dos detalhes do programa, que pudessem tirar suas dúvidas e se comunicar diretamente com o Governo Federal.

Eles seriam direcionados a trabalhar em seus estados de origem e viajar para garantir que os atores já mencionados estivessem a par da iniciativa e compreendessem que o ID Jovem encontra seu fundamento em uma determinação legal, aludindo, portanto, a direitos fundamentais, e não parciais. (BARCELOS et al, 2018, p. 52)

Diante da efetividade do primeiro grupo de mobilizadores, foram contratados 54 novos consultores que foram distribuídos de acordo com uma análise do que havia sido produzido pelo primeiro grupo. No Maranhão, por exemplo, trabalhavam quatro mobilizadores. Sobre esse empenho em interiorizar o ID Jovem, Barcelos et al (2018) expõe que

Por meio desse esforço, que caracteriza uma imersão nas múltiplas realidades nas quais os diferentes estados e municípios brasileiros estão inclusos, a SNJ almejou adquirir uma compreensão profunda, abrangente e atual do desenvolvimento do programa a nível nacional a fim de especificar os pontos em que ainda precisará trabalhar, elencar prioridades e, a partir dessa análise, desenvolver soluções. (BARCELOS et al, 2018, p. 53)

Pode-se ver que esse esforço para conhecer as diferentes realidades da juventude brasileira e a busca de soluções é fundamental para que um programa da dimensão do ID Jovem tenha maior efetividade para seu público-alvo. Mas para que a empreitada do programa seja de sucesso, é necessário que sejam somadas às estratégias de divulgação a existência de órgãos de fiscalização e canais onde podem ser feitas denúncias, sugestões e elogios.

As fiscalizações na questão de mobilidade, por exemplo, são feitas aos órgãos reguladores de transporte, como a ANTT e ANTAQ. Quanto à questão da meia-entrada, a fiscalização fica por conta da Procuradoria de Proteção e Defesa do Consumidor – Procon. Em relação ao canal para receber as informações dos beneficiários, a SNJ tem uma Ouvidoria com essa finalidade, além de disponibilizar a opção no aplicativo “ID Jovem 2.0”. Ademais, criou-se em 2017 Comitê de Acompanhamento e Fiscalização do Programa Identidade Jovem, que tem a função de “estabelecer fluxos de monitoramento e fiscalização em cada um dos 27 entes federados.” (BARCELOS et al, 2018, p. 56)

Cabe destacar que, após, dois anos de execução e dos esforços dispostos o programa ID Jovem gerou mais de um milhão e trezentas mil carteirinhas, de setembro de 2016 a agosto de 2018. Trazendo-se para o âmbito local, o Maranhão era o 9º estado em números de emissões (46.298). Esses dados, no entanto, dizem respeito à quantidade jovens que emitiram o ID Jovem pelo menos uma vez nesses dois anos,

mas não equivale ao número de carteiras ativas, uma vez que elas têm vida útil de 6 meses, expirando depois desse tempo.

Levando em consideração o número de carteiras ativas, entre março e agosto de 2018, o Maranhão fica em 7º lugar no ranking dos entes federativos (23.719). O total de carteiras ativas a nível nacional era de 658.475. Como anteriormente dito, o benefício mais utilizado é o de vagas gratuitas e com desconto no transporte interestadual.

Quanto ao perfil do usuário do ID Jovem,

A maior parte dos usuários do ID Jovem é mulher e parda. O programa atende, principalmente, jovens com idade entre 18 e 26 anos. O menor número de usuários, entre os 27 e 29 anos, pode significar uma melhoria nas condições financeiras do jovem usuário quando se torna mais velho. Outra faixa etária que usa menos a ID são os menores de 18 anos. Importa desenvolver ações para aumentar a quantidade de beneficiários do programa entre estes grupos. (BARCELOS et al, 2018, p. 70)

Após chegar-se a esse ponto do capítulo e conhecer com maior profundidade o programa ID Jovem em suas nuances e estratégias, pode-se perceber que uma das principais condições para que o este seja plenamente efetivado é informação. De nada adianta que todos os órgãos responsáveis cumpram seu papel nesse processo, por exemplo, se o jovem que deve ser beneficiado desconhecer seus direitos. E isso vale para toda a cadeia: se um órgão falhar em cumprir seu propósito, todo processo estará comprometido, pois um elemento depende dos demais para que tudo funcione perfeitamente.

De forma resumida, podemos afirmar que é imprescindível que exista um diálogo transversal, no qual os atores envolvidos estejam cientes das incumbências uns dos outros, tenham profundo conhecimento a respeito do funcionamento da máquina pública e ajam com uma constante preocupação a respeito de como seria possível disseminar informações e, assim, garantir que o programa da SNJ cumpra suas missões. (BARCELOS et al, 2018, p. 51)

Por isso, a informação é um fator primordial, pois vai permitir que os atores envolvidos estejam a par de seus papéis na implementação do programa e também que conheçam seus direitos e deveres.

Foi partindo desse pressuposto que esse trabalho buscou analisar se e de que forma o programa ID Jovem pode contribuir com a formação de acadêmicos dos cursos de Turismo e de Hotelaria da UFMA. Para isso, descreveu-se o programa ID Jovem enquanto política pública neste capítulo e nos posteriores buscou-se identificar

possíveis relações entre o perfil socioeconômico dos discentes dos cursos de Turismo e Hotelaria e as participações nas atividades práticas desses, além de analisar o programa ID Jovem como um possível aliado das atividades práticas dos cursos de Turismo e Hotelaria.

Sabe-se que a desigualdade do país é cada vez mais forte e visível, por isso, acredita-se que seria possível utilizar o programa ID Jovem como facilitador de uma espécie de Gran Tour, fazendo referência às viagens realizadas por filhos de famílias ricas no século XVII e XVIII, quando terminavam os estudos e viajavam pela Europa e tinham o contato com outras culturas e tradições. Segundo Barretto (1998),

Quando o conceito de turismo surge, na Inglaterra, no século XVII, não está referido a uma prática de lazer, mas à necessidade de conhecer outras culturas, de conhecer outros modos de vida, de experimentar o contato com outros lugares, de observar obras de arte que não tinham similar fora da Itália, por exemplo, de manter um contato existencial com a região mediterrânea que tinha sido o berço da civilização greco-romana. (BARRETTO, 1998, p. 134)

A diferença é que não seria preciso terminar o curso para viajar, nem ter um alto poder aquisitivo para isso. É importante que jovens com menor poder aquisitivo, sobretudo os estudantes em formação, experienciem vivências enriquecedoras. Sendo assim, falar-se-á mais sobre essa questão no capítulo seguinte.

3 CONTRIBUIÇÕES E DESAFIOS DAS ATIVIDADES PRÁTICAS NA FORMAÇÃO DE DISCENTES DOS CURSOS DE TURISMO E HOTELARIA

Em se tratando de mercado de trabalho, é flagrante observar que este está cada vez mais competitivo e exigente, por isso a experiência é, muitas vezes, um fator preponderante para a contratação de um profissional. Somado a isso está o fato de que muitos discentes saem da graduação com um vasto repertório de conhecimentos teóricos, mas sem conseguir sistematizar esse saber em seu cotidiano profissional, pois apenas o estágio curricular e as visitas técnicas podem não ser suficientes para desenvolverem as habilidades esperadas de um bacharel em Turismo ou de Hotelaria.

Antes de falar-se mais a respeito do mercado turístico, é importante destacar que perfil profissional é esperado de um egresso do curso de Turismo. Para isso, utilizou-se como documento norteador o Projeto Pedagógico do Curso de Turismo, tendo em vista que nossa pesquisa se dará no âmbito do curso de Turismo da Universidade Federal do Maranhão – UFMA.

O documento foi formulado em 2008 por professores do Departamento de Turismo e Hotelaria da UFMA, no ímpeto de realizar alterações no currículo do curso de Turismo que fizessem frente às mudanças no mercado turístico local, nacional e internacional naquele contexto. O projeto foi aprovado pelo CONSEPE, órgão deliberativo e consultivo em se tratando de ensino, pesquisa e extensão, no início do ano seguinte e publicado na forma da Resolução nº 660. Nele, são elencados os objetivos do curso quanto à formação dos futuros turismólogos bem como as competências esperadas destes.

Cabe destacar, que o currículo do curso de Turismo, implantado na UFMA no ano de 1987, já havia passado por alterações no ano de 2003.

[...] a Coordenação do Curso de Turismo verificou mais uma vez a necessidade de realizar mudanças no seu currículo (a última reforma curricular foi implantada no ano de 2003) e, por uma decisão colegiada do Curso e de seus professores, foi desencadeado o processo de reformulação do Projeto Pedagógico que substituiu algumas disciplinas por outras mais necessárias para o momento vivido pelo mercado turístico local. Algumas novas disciplinas foram criadas outras fundidas entre si, além destas, pertencentes ao DETUH, mais uma nova foi solicitada e prontamente atendida pelo Departamento de Letras. (UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO, 2008, p. 6-7)

Como pode-se perceber, acompanhando os novos paradigmas do mercado turístico, o curso de Turismo da UFMA entendeu ser necessária uma nova alteração,

buscando alcançar seu objetivo de oferecer aos seus graduandos uma formação inicial que garanta a eles a preparação suficiente para enfrentar os desafios que a área contém “como a necessidade do aumento da produtividade e da competitividade, de conservação dos recursos turísticos utilizados, de utilização de novas tecnologias e de atualização quanto às tendências do mercado [...]” (UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO, 2008, p. 7)

Para além da formação inicial espera-se que o bacharel em Turismo obtenha, ao final do curso, uma

sólida formação humanística e visão global que o permita analisar e compreender os meios sócio-cultural, político, econômico e ambiental nos quais atua, preparando-o para tomar decisões em um mundo diversificado e interdependente. Será contemplado também com uma ampla formação técnica e científica que o embasará para desenvolver atividades específicas da sua prática profissional. Além disso, deverá desenvolver a capacidade de compreensão da necessidade do contínuo aperfeiçoamento profissional. (UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO, 2008, p. 10)

Sobre isso, Silveira; Vieira; Viana (2012) acrescentam que

Tais cursos nasceram com o objetivo de formar um profissional capacitado e apto para compreender as questões científicas, técnicas, sociais, econômicas e culturais. Todos esses elementos relacionados com o mercado turístico, sua expansão e seu gerenciamento observando os níveis graduais do processo de tomada de decisão e apresentando flexibilidade intelectual e adaptabilidade contextualizada no trato de situações diversas, presentes ou emergentes, nos vários segmentos do campo de atuação profissional. (SILVEIRA; VIEIRA; VIANA, 2012, p.2)

Em outras palavras, um bom profissional, conforme a instituição, é aquele que, por meio de sua sólida formação, está apto e qualificado para entender as demandas turísticas, sendo capaz de se adaptar e, assim, se colocar no competitivo mercado de trabalho turístico.

Para fins comparativos, no Projeto Político Pedagógico de Hotelaria pode-se encontrar o perfil de profissional que a universidade deseja formar.

Formar profissionais aptos para operacionalizar, planejar, administrar, gerenciar e/ou assessorar programas, projetos e serviços no âmbito hoteleiro, de forma ágil, criativa e com competência, através de uma sólida formação teórica e prática que possibilite uma adequada inserção e resposta ao mercado de trabalho local, estadual, nacional e internacional. (UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO, 2019, p. 21)

A graduação em Hotelaria deseja ainda “propiciar uma sólida formação teórico-prática que permita aos futuros profissionais da hotelaria a proposição de projetos e programas operacionais, turísticos, assim como eventos de âmbito local, regional,

nacional e/ou internacional”. (UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO, 2019, p. 21)

Vê-se, pois que, o que se espera dos dois futuros profissionais, o de Turismo e o de Hotelaria, é bem semelhante. Isto é, que tenham uma sólida formação teórico-prática de forma a torna-los aptos para colocar-se e permanecer no mercado de trabalho.

Por um lado, sabe-se que conhecimento é requisito fundamental para estar bem colocado no mercado de trabalho. E conhecimento é obtido através da educação e/ou da experiência.

A educação constitui uma dimensão central para ampliar as chances de uma inclusão promissora no mercado de trabalho. Ela é fator particularmente relevante para o acesso a um mercado de trabalho que, cada vez mais, requer trabalhadores qualificados, capazes de fazer frente à competitividade entre empresas e indivíduos, à demanda crescente de aumento da produtividade e à complexidade dos processos produtivos, incluindo os relacionados à oferta de serviços. A educação também propicia acesso diferencial a outro conjunto de bens e atividades, como os culturais, os tecnológicos e os informativos, todos potencializadores de oportunidades de renda e de ampliação do bem-estar. (SILVA; SILVA, ROSA; 2009, p. 262)

De outro, como anteriormente mencionado, o mercado turístico é dinâmico e está em constante transformação, o que exige dos profissionais uma preocupação constante com a qualidade dos serviços prestados bem como com uso sustentável dos recursos naturais e produtos culturais.

o turismo é uma atividade predominantemente econômica, que possui características próprias que a diferencia das demais, portanto urge a necessidade de preparação de profissionais devidamente qualificados que possa atender às necessidades de um mercado de trabalho que se apresenta altamente competitivas e em constantes transformações, cujas ações possuem um reflexo direto e indireto na vida social, econômica, política, cultural e no meio ambiente natural onde a atividade é desenvolvida. (UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO, 208, p. 6)

Sendo assim, é evidente a importância de o turismólogo estar pronto para a atuação no mercado turístico, pois este, cada vez mais, exige que o profissional esteja sempre buscando novos conhecimentos e atualizações periódicas para acompanhar as mudanças nesse setor, pois “os sérios desafios no campo da economia do turismo exigem formação e aperfeiçoamento contínuos”. (BENI, 1992, p. 8)

As características peculiares do mercado do turismo passam

a exigir a atuação de profissionais melhor qualificados para atuarem em um mercado altamente competitivo, em constante mutação e que possui um consumidor, o turista, que em função do acesso rápido à informação, está

mais exigente quanto aos elementos da oferta turística – atrativos, infraestrutura, equipamentos e serviços. (UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO, 2008, p. 7)

Por isso, é urgente “a formação de profissionais éticos, comprometidos, empreendedores, competitivos, com ampla formação geral e que dominem os saberes da sua área de atuação, possuindo uma fundamentação teórica, técnica, humana e sócio-política.” (UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO, 2008, p. 7)

Para Beni (1992),

Os modernos cursos superiores de turismo, tanto no Brasil como no exterior, não estão separados da pesquisa, o que impede a formação de executivos distantes da prática. A pesquisa deve promover o profissionalismo pela experiência e pela formação escolar, e facilitar a solução dos problemas, considerando que:

- a) a formação acadêmica em turismo exige estreita relação com a prática;
- b) o treinamento contínuo ganhará maior importância no futuro;
- c) o ensino superior de turismo deve estar voltado para o levantamento de questões (problemas que existem hoje e que devem ser resolvidos nos setores identificáveis das expressões da vida social); para a utilização da pedagogia e didática, com a identificação de disciplinas e suas interrelações na solução do problema; para o emprego do método científico, ou seja, a incorporação das modernas teorias científicas. (BENI, 1992, p. 8-9)

Assim, na busca de formar esse tipo de profissional, são utilizadas, além das aulas teóricas em sala de aula, várias metodologias ativas que visam fazer o graduando entrar em contato com o mercado turístico, desde visitas técnicas até o estágio curricular, próximo à integralização do curso.

Moran (2018) pontua que as metodologias ativas, isto é, as que estão pautadas na aprendizagem autônoma dos estudantes, têm ganhado muita aceitação no ensino básico e superior, por serem abordagens pedagógicas que privilegiam a aprendizagem destes através de descoberta, por investigação ou resolução de problemas em vivências reais.

Sabendo disso, pode-se dizer que as visitas técnicas se constituem como uma importante ferramenta de aprendizagem. Segundo Carvalho; Vieira; Viana (2012)

Nas visitas técnicas observa-se a presença das quatro técnicas de ensino: ouvir, falar, vivenciar/questionar e transformar, de forma a atingir as necessidades na formação do profissional de turismo, onde o educando pode compreender a realidade do produto, do destino e do equipamento turístico. (CARVALHO; VIEIRA; VIANA, 2012, p.4)

As autoras complementam ainda que “as visitas técnicas se constituem em práticas capazes de desenvolver processos de ação, observação, reflexão,

comprometimento, integração de forma a concretizar a teoria-prática na formação do bacharel em Turismo”. (CARVALHO; VIEIRA; VIANA, 2012, p.11)

Contudo, a universidade não pode e nem deve ser a única forma de que o turismólogo em formação tem de entrar em sintonia com a sua futura área de trabalho.

Sobre isso, Correia (2019) inclusive levanta uma questão muito pertinente que é o desafio de tornar as aulas mais práticas. Isso porque ainda é muito forte a ideia de que teoria e prática são coisas, até certo ponto, dissociadas, quando na verdade,

É preciso compreender esta situação dialeticamente, ou seja, no curso teoria e prática precisam enriquecer-se mutuamente; como diz Morin (2010, p. 37) “ambas nos enriquecem e enriquecem o mundo nesta dialética, mas ainda assim permanecem distintas”. A teoria se alimenta da prática para explicar o mundo e devolve esta prática (re) elaborada de maneira que possa transformá-lo. (CORREIA, 2019, p. 244-245)

Correia (2019) destaca ainda que

Na relação teoria e prática se manifestam os problemas e contradições da sociedade em que vivemos que, como sociedade capitalista, privilegia a separação trabalho intelectual - trabalho manual e, conseqüentemente, a separação entre teoria e prática (CANDAU; LELIS, 1999). Para os autores, estas duas dimensões têm em si um diálogo permanente, pois a teoria nasce da e na prática e, ao reelaborar de forma crítica e reflexiva esta prática, devolve-a para uma nova ação que resulta, portanto, em um novo movimento. No entanto, a prática, na opinião dos entrevistados, é colocada em segundo plano no curso de Hotelaria, não por ser menos importante, mas pelas circunstâncias como a ausência de estrutura física adequada, o diálogo frágil entre a universidade e o mercado e a contratação de professores sem vivência mercadológica e, por fim, um currículo desvinculado da realidade. (CORREIA, 2019, p. 244)

Sobre essa discussão, Pimentel; Paula (2014) contribuem dizendo que alguns cursos de turismo foram criados com base em uma perspectiva de áreas acadêmicas não aplicadas e que por isso, acabam negligenciando o caráter prático da atividade profissional. Os autores reforçam, ainda, que a ausência de prática pode acabar formando profissionais teóricos que estão desconectados da realidade empírica.

Em seu artigo, intitulado “Educação, Turismo e Hotelaria: narrativas dos egressos do Curso de Hotelaria da Universidade Federal do Maranhão sobre Formação e Mercado de Trabalho”, Correia (2019) fala a respeito dessa problemática através de relatos de alunos egressos do curso de Hotelaria da UFMA, que sentem que as atividades práticas não foram suficientes para que eles se julgassem preparados para lidar com os desafios da profissão no dia-a-dia, o que acaba lhes gerando desmotivação.

Isso fica evidente no relato de um egresso do curso de Hotelaria, quando diz: “Acho também que colocar mais práticas no curso para que o aluno conheça o mercado, ter visão mais ampla da área de hotelaria e se não tem prática deixa o aluno só na teoria, isso desmotiva (Ganimede).” (CORREIA, 2019, p. 244)

Outra graduada, por exemplo, é enfática ao dizer

A crítica que tenho ao curso é com relação à prática no curso, porque a prática é uma coisa que conta muito para se ter uma visão do que é a hotelaria, na teoria você aprende muitas coisas e até não aprende outras. Na prática é que você vai aprender como funciona a hotelaria. (CORREIA, 2019, p. 244)

De maneira geral, Correia (2016) resume o posicionamento dos profissionais oriundos do curso de Hotelaria. Contudo, é possível fazer um paralelo com o curso de Turismo.

De modo geral, os alunos pensam que as aulas no curso de hotelaria são muito teóricas e que deveria ter mais prática considerando que este curso tem como objetivo preparar profissionais para o mercado de trabalho e, portanto, na concepção deles as aulas ao serem planejadas deveriam considerar a articulação entre teoria e prática. (CORREIA, 2016, p. 304)

Silveira; Medaglia; Gonçalves Gândara (2012, p. 17) vão além e questionam sobre a preparação do aluno para o mercado de trabalho ao afirmar que “ao contrário do que se esperava, que a academia se adaptasse ao mercado fornecendo profissionais bem ‘treinados’, houve uma busca por aprofundamento teórico mais que prático”.

E como supramencionado, além da teoria, é a prática que vai servir como um diferencial na hora da contratação de um profissional do Turismo e da Hotelaria. O pesquisador pontua que muitas vezes,

o mercado de trabalho, até então, parece não distinguir as diferenças entre formados em Hotelaria ou Turismo, tecnólogo ou bacharel e administrador com habilidades em hotelaria, pois no campo turístico, segundo o autor, o que acaba contando é a “experiência prática” na função para a qual se candidata, e não se a pessoa tem formação profissional na área”. (CORREIA, 2016, p. 295)

Contudo, Silveira; Medaglia; Gonçalves Gândara (2012, p. 12) dizem que uma das possibilidades que poderiam justificar esse problema da não diferenciação no mercado seria o fato de “a tendência dos empregos serem, tradicionalmente, mais operacionais em início de carreira.”

Correia (2016), por sua vez, traz à tona que

No atual paradigma da internacionalização do capital, passa-se a exigir um trabalhador de novo tipo, que tenha mais conhecimentos, saiba comunicar-se adequadamente, trabalhe em equipe, adapte-se a situações novas, crie soluções originais e seja capaz de educar-se permanentemente. (CORREIA, 2016, p. 299)

E para formar esse trabalhador é necessária a prática e o exercício contínuo das suas habilidades em situações reais, onde ele possa agir e tomar suas decisões, pondo em funcionamento os conhecimentos adquiridos em sala de aula.

Assim, o processo de formação de um bacharel em Turismo e Hotelaria deve ser pensado sob a perspectiva da andragogia, um termo cunhado pelo professor alemão Alexander Kapp, mas que ficou mundialmente conhecido através do trabalho do educador e pesquisador norte-americano Malcolm Knowles, um dos principais nomes envolvidos no desenvolvimento da teoria humanista da aprendizagem.

É importante consideramos a andragogia por conta do público-alvo atendido na universidade, que é formado predominantemente por jovens e adultos. A andragogia, em oposição à pedagogia, que diz respeito ao ensino de crianças, é definida “como a arte de ensinar adultos a aprenderem”. (KNOWLES, 1980, p. 43 *apud* BRANDÃO, CAVALCANTE; TEMOTEO, 2014, p. 534)

Na andragogia são consideradas as necessidades individuais dos adultos a serem atingidas pelo aprendizado, por isso são utilizados elementos como desenvolvimento da reflexão crítica, a aprendizagem por meio das experiências e a melhoria do ambiente de aprendizagem para facilitar a aquisição de conhecimentos e troca de experiências. (BRANDÃO, CAVALCANTE; TEMOTEO, 2014)

Moran (2018, p. 38) é enfático ao dizer que “pesquisas atuais da neurociência comprovam que o processo de aprendizagem é único e diferente para cada ser humano, e que cada pessoa aprende o que é mais relevante e o que faz sentido para si, o que gera conexões cognitivas e emocionais”. Em outras palavras, o educando aprende aquilo que lhe possibilite conectar suas capacidades e emoções.

Beck (2015), então, elenca os 5 principais pressupostos do modelo andragógica, segundo a teoria defendida por Knowles, que são fundamentais que a aprendizagem de adultos seja significativa: a autonomia, a experiência, a prontidão para a aprendizagem, a aplicação da aprendizagem e a motivação para aprender.

Quadro 5: Princípios do modelo educacional andragógico

Autonomia	o adulto sente-se capaz de tomar suas próprias decisões (auto-administrar-se) e gosta de ser percebido e tratado como tal pelos outros.
Experiência	a experiência acumulada pelos adultos oferece uma excelente base para o aprendizado de novos conceitos e novas habilidades.
Prontidão para a Aprendizagem	o adulto tem maior interesse em aprender aquilo que está relacionado com situações reais de sua vida.
Aplicação da Aprendizagem	as visões de futuro e tempo do adulto levam-no a favorecer a aprendizagem daquilo que possa ter aplicação imediata, o que tem como corolário uma preferência pela aprendizagem centrada em problemas em detrimento de uma aprendizagem centrada em áreas de conhecimento.
Motivação para aprender	os adultos são mais afetados pelas motivações internas que pelas motivações externas. Vale lembrar que as motivações externas estão ligadas seja ao desejo seja de obter prêmios ou compensações seja ao desejo de evitar punições; motivações internas estão ligadas aos valores e objetivos pessoais de cada um.

Fonte: BECK, 2015.

Diante do exposto, é possível inferir que a aprendizagem pode se tornar muito mais significativa quando o aprendizado se aplica às situações cotidianas. Por isso, uma abordagem que seja pautada na experiência é fundamental para a aprendizagem de jovens e adultos dentro dos cursos de Turismo e Hotelaria.

Correia (2016, p. 304) reflete, a partir da perspectiva educacional de Paulo Freire, que “ensinar é afirmar que se deve unir a prática à teoria, pensamento e ação, para que o educando se faça sujeito do processo” de aprendizagem, para que tenha prazer em aprender. O pesquisador finaliza sua reflexão concluindo que “apesar do predomínio do discurso a favor da unidade entre a teoria e a prática na formação do profissional, o que se tem visto nas produções científicas do campo educacional é a falta de uma articulação entre elas”.

Como pode-se perceber, a universidade não deve ser a única forma de os discentes terem conhecimento do mercado turístico, pois há ainda alguns desafios a serem superados, tanto no curso de Turismo quanto no de Hotelaria, desafios esses causados por variados motivos. Por isso, é preciso que os graduandos tenham outras maneiras de adquirirem experiência à parte da universidade, que possam buscar por conta própria, utilizando a autonomia que a academia proporciona.

Sobre a importância da experiência para os educandos, Brandão; Cavalcante; Temoteo (2014) ressaltam que,

as pessoas vão aprimorando seu aprendizado à medida que vão ganhando experiência e, assim, a aprendizagem é baseada na interpretação e exposição das experiências vivenciadas pelo indivíduo, que são determinantes para as suas ações, suas expectativas, seu bem estar e seu desempenho. (BRANDÃO; CAVALCANTE; TEMOTEO, 2014, p. 535)

Em outras palavras, é a partir do que for experienciado em sua formação que o discente baseará suas ações profissionais, pois é o conhecimento prático, aliado com a teoria, que norteará sua tomada de decisões.

E é nesse ponto que o programa ID Jovem pode se tornar uma ótima alternativa para o acúmulo de experiências, pois representaria uma chance de conhecer o mercado turístico na prática, utilizando o lazer também como forma de aprendizagem. Bonfim (2010) assinala que o turismo pedagógico associado ao lazer é uma prática educativa muito positiva, uma vez que

Acredita-se que incluir o lazer no processo educativo, significa apresentar mais um ingrediente favorável na tentativa de contribuir para uma educação mais eficiente, tendo no turismo, uma real possibilidade de proporcionar um confronto da teoria e da prática dos conteúdos abordados. (BONFIM, 2010, p. 121)

Sobre o turismo pedagógico, a autora assinala que este “é capaz de proporcionar uma mudança de olhar sobre os aspectos educativos, pois, estudos apontam que um dos principais problemas da educação brasileira é a ausência de vínculos entre teoria e prática dos conteúdos abordados”. (BONFIM, 2010, p. 118)

O Turismo Pedagógico pode ser entendido como a oportunidade de conhecer melhor uma determinada região, isto é, de vivenciar a história, as tradições, os hábitos e os costumes de um lugar e de sua população, através de aulas práticas no próprio destino receptor. (BONFIM, 2010)

Segundo Brandão; Cavalcante; Temoteo (2014), nesse tipo de turismo, pautado na experiência como meio de aprendizado

o conhecimento passa a ser desenvolvido no momento em que o indivíduo participa e vivencia experiências. Ao observar e refletir sobre essas experiências, criam-se conceitos, ligando-os às teorias. Por fim, aplicam-se os novos conhecimentos na prática em suas tomadas de decisões e resoluções de problemas. (BRANDÃO; CAVALCANTE; TEMOTEO, 2014, p.538)

O Turismo Pedagógico “ao promover o desenvolvimento de valores construtivos, configura atitudes (grifo nosso) que são características importantes do lazer, como o estabelecimento de relações entre o sujeito e a experiência vivida, ou seja, a satisfação provocada pela atividade”. (BONFIM, 2010, p. 120-121)

Dentro de uma abordagem andragógica, é preciso levar em consideração o lazer obtido através das viagens de turismo pedagógico, pois ele serve como elemento motivador para a busca e, conseqüente, aquisição de conhecimentos. A motivação para aprender é um dos cinco pressupostos principais da educação voltada para adultos, como já citado. Afinal,

o que move um aprendiz adulto a se motivar para aprender é a soma de quatro fatores: (1) ter sucesso na aprendizagem; (2) ter a sensação de que está aprendendo aquilo que ele mesmo escolheu aprender; (3) buscar aprender algo que ele valoriza; e (4) a aprendizagem é vista como uma experiência de prazer. (BRANDÃO; VIEIRA; TEMOTEO, 2014, p. 539)

Por isso, é importante que o aprendizado esteja associado à satisfação, que a experiência seja prazerosa, ainda que o aprendiz encontre desafios no planejamento ou na execução das viagens, pois é através da práxis que o futuro profissional vai desenvolver as habilidades esperadas de um bacharel em Turismo ou Hotelaria.

Conforme sugere Freire (1987) é preciso criar condições para que as pessoas possam agir livremente, refletir, escolher e perceber as conseqüências das escolhas com o propósito de melhorar suas trajetórias. Assim, a utilização de estratégias de ensino como a resolução de casos ou a participação em simulações e jogos empresariais, dentre outras atividades voltadas à ação, são bastante pertinentes no ensino superior em turismo e hotelaria. O uso de estratégia de ensino em ação, de acordo com Lima (2011), pode tornar esses alunos mais capacitados ao ingressar nas organizações e capazes de resolver os problemas em tempo real por meio do elo entre reflexão e ação. (BRANDÃO; CAVALCANTE; TEMOTEO, 2014, p.548)

Moletta (2003) apud Carvalho; Vieira; Viana (2012) fizeram uma tabela onde apresentaram as principais características do Turismo Pedagógico. Para isso, levaram em consideração fatores como a faixa etária dos viajantes, suas motivações para a viagem e o período em que viajam.

Tabela 1: Características do Turismo Pedagógico

TÓPICOS	TURISMO PEDAGÓGICO
FAIXA ETÁRIA	Essa segmentação turística possui uma maior abrangência de idades. Varia de estudantes do ensino fundamental, em média com onze anos, até jovens universitários de todas as idades.
MOTIVAÇÃO PARA A VIAGEM	Estudar sobre o meio ambiente local e aspectos sócio-culturais da comunidade receptora, como suas tradições, seus hábitos e costumes, são os principais motivos de viagem. No caso de universitários, existe, ainda, a possibilidade de viagens com o objetivo de participar de eventos relacionados com o curso estudado.
PERÍODO EM QUE VIAJAM	Os alunos que se deslocam com a finalidade de estudar viajam, geralmente, em finais de semana, durante o período letivo, com o intuito de promover uma complementação prática da matéria estudada dentro da sala de aula.

Fonte: Moletta (2003) apud Carvalho; Vieira; Viana (2012, p. 7)

Como vimos até agora, para que seja alcançada a excelência na formação profissional do estudante de turismo, é preciso que ele obtenha conhecimentos teóricos e práticos, tornando assim o aprendizado mais dinâmico e atraente.

Com isso, partimos da ideia de que o ID Jovem pode se tornar um aliado desse aprendiz, pois proporcionaria o aprendizado prático, levando em consideração que o curso de Turismo é multidisciplinar e que o Brasil é um país multicultural, o aluno poderia ter uma ampla gama de opções de modalidades turísticas para observar e aprender ao viajar utilizando o programa.

Sabemos que o turismo na cidade de São Luís ainda carece de muito trabalho e investimento para se igualar a outros destinos do Brasil, ou mesmo de outras capitais da região Nordeste. Apesar de ser uma cidade rica em cultura, recursos naturais, gastronômicos, falta a continuidade dos projetos turísticos, para atrair cada vez mais turistas e fazer com que estes permaneçam. Assim, alguns alunos do curso de Turismo e Hotelaria que tiveram apenas a prática voltada para o turismo local, não puderam vivenciar ainda um destino onde o turismo aconteça com maior força e organização, seja por motivos financeiros ou de outras ordens.

Ao fazermos uma breve pesquisa no Terminal Rodoviário de São Luís sobre quais destinos pode-se ter acesso com o ID Jovem a partir da cidade de São Luís,

constata-se que a maioria está situada na região Nordeste do país. São destinos como: Fortaleza, Parnaíba, Recife, João Pessoa, Natal, Feira de Santana, Belém, entre outros. Apenas este pequeno leque de opções já pode gerar um enriquecimento de aprendizado para os alunos de turismo, sem um grande investimento. Dessa forma, o ID Jovem não é apenas uma forma de democratizar o acesso a viagens para alunos que não tem um alto poder aquisitivo, mas também de oferecer a essas jovens experiências únicas, que seriam lembradas e repercutiriam em toda sua vida profissional.

Para Carvalho; Vieira; Viana (2012, p. 6), os jovens, sobretudo os de baixa renda, contemplado pelo programa ID Jovem poderiam, enfim, “vivenciar o que até então só conheciam através de livros, porém somente as classes mais ricas tinham acesso, era privilégio da alta nobreza, e aquele que não realizava esta viagem se sentia inferior, já que esta era uma forma de concluir a formação e adquirir cultura.”

Através do ID Jovem, os graduandos e egressos podem participar de todo o processo de planejamento da viagem, desde a escolha do destino até a decisão sobre onde se hospedar, que passeios fazer e muito mais. É ele quem vai tomar todas as decisões e entrar em contato direto com os equipamentos turísticos do destino escolhido.

Algumas vezes a realidade dos destinos costuma ser diferente da teoria ou do próprio marketing, para os alunos que têm interesse em trabalhar com planejamento turístico ou até mesmo os que não irão trabalhar na área, mas que precisam do conhecimento prático e aprofundado de diversos destinos, as viagens proporcionam a vivência e estimulam conhecimentos mais aprofundados de diversos destinos, com o olhar técnico e crítico, pondo em prática o que aprendeu em sala de aula, agregando teoria e prática para seus futuros projetos turísticos.

Silveira; Vieira; Viana (2012) declaram que um estudante só se predispõe a aprender no momento em que vislumbra no aprendizado a possibilidade real de ter seus interesses pessoais e profissionais satisfeitos a curto ou médio prazo. Desse modo, o ensino deve facilitar essa diferenciação entre conhecimento teórico e prático, possibilitando a ela transformar e compreender a realidade que o cerca.

Outro aspecto que vale ser destacado é que

Além do uso metodológico do turismo pedagógico para o processo de ensino aprendizagem, observa-se que este segmento também movimenta a cadeia produtiva do turismo, gera renda e empregos, auxilia na conservação do patrimônio histórico cultural; promove a preservação do meio natural; torna-se uma opção para os períodos de baixa temporada amenizando os problemas causados pela sazonalidade, visto que, ele ocorre justamente no período letivo; divulgação do destino e do turismo. (CARVALHO; VIEIRA; VIANA, 2012, p.7)

Ou seja, além de atingir o objetivo de proporcionar aprendizagem para os alunos através da ação, o turismo pedagógico também pode ser uma alternativa nos períodos de baixa visitação para os destinos. Isso porque esse tipo de turismo ajudaria a movimentar a cadeia produtiva do turismo, uma vez que os estudantes estariam consumindo os produtos turísticos de uma determinada localidade.

As viagens através do programa ID Jovem poderia funcionar como uma espécie de aut Capacitação para os estudantes. Brandão; Cavalcante; Temoteo (2014) demonstram seriam muitos os benefícios do autodirecionamento para os estudantes de Turismo e Hotelaria. Para as autoras,

O desenvolvimento do autodirecionamento além de otimizar o processo de aprendizagem, contribui positivamente na atuação profissional desses aprendizes enquanto gestores e planejadores do turismo e da hotelaria, considerando que os mesmos ao exercerem a sua profissão tomarão decisões em diversas situações, nas quais se farão necessárias atitudes como iniciativa e autonomia. Portanto, o ensino superior em turismo e em hotelaria deve promover condições libertadoras para impulsionar a autonomia e desenvolver um senso de auto-capacitação. Como resultado terá alunos aptos a interagir no meio social, compreender o mundo, e interferir na realidade que o cerca. (BRANDÃO; CAVALCANTE; TEMOTEO, 2014, p. 548)

Em outros termos, a busca pelo aprendizado é fundamental para que o estudante em formação de Turismo e Hotelaria fique mais próximo do perfil profissional esperado dos egressos desses cursos pela instituição.

Sabemos que no atual momento, o ideal é uma formação onde a educação seja sempre contínua e permanente, de modo que o educando se prepara para o futuro.

O ideal é que a educação seja sempre continuada, permanente, numa tentativa de superar limites impostos pelo mercado, objetivando uma transformação social no sentido de contribuir para a formação de um cidadão político, que usa a palavra como forma de transformar o mundo. Diante disso, torna-se imprescindível a adoção de novas pedagogias, transformadoras em suas manifestações, numa perspectiva de educar para o futuro. (BONFIM, 2010, p. 117)

Assim, as viagens de turismo pedagógico são uma ótima oportunidade para que os alunos interajam com os destinos turísticos e aprendam melhor. Para CARVALHO; VIEIRA; VIANA (2012), nas viagens de turismo pedagógico

o ambiente, como um todo, é um grande aliado no processo de aprendizagem, pois é o cenário onde tudo acontece, ou seja, onde o homem estabelece suas relações, interações e transformações. É, portanto, onde o discente se aproxima da realidade podendo vivenciar determinadas situações que se tornam experiências significativas. (CARVALHO; VIEIRA; VIANA, 2012, p. 10)

Apesar disso, algumas vezes, quando se fala de aprendizado, busca de conhecimentos, para alguns, traz a imagem de algo monótono e sem atrativos, mas no caso das viagens de cunho pedagógico, usando o programa ID Jovem, tornar-se-ia diferente, pois há também o lazer, não sendo em si o propósito primordial da viagem, entretanto, não pode-se furtrar a esse detalhe, pois a todo momento há o aprendizado, seja estando em contato com a natureza, estudando o espaço e o respeitando ainda mais, seja na vivência com a cultura e socialização com os locais. Assim, não só aliar teoria e prática é essencial, unir aprendizagem e lazer é importante para a formação dos alunos dos cursos citados.

Contudo, assim como existem desafios a serem superados na questão das práticas dentro dos cursos de Turismo e Hotelaria, há também algumas dificuldades a serem repensadas no próprio programa. Como anteriormente dito, a principal maneira de conseguir usar o ID Jovem para viagens é através do transporte terrestre, indo ao Terminal Rodoviário de São Luís.

A principal dificuldade encontra-se exatamente aí, pois, algumas vezes, conseguir passagens pelo ID Jovem nem sempre é uma tarefa fácil, pois há alguns empecilhos como a falta de oferta para os dias planejados, passagens esgotadas, visto que é um número limitado a ser ofertado pelas empresas de transporte, além da falta de experiência dos viajantes.

Entretanto, esses são uns dos pontos em que o aluno e futuro profissional pode aprender também a lidar com as circunstâncias adversas, se adaptar e ganhar experiências e habilidades, sabendo lidar com imprevistos, buscando novas informações e logísticas das viagens. Afinal, é isso que se espera de um futuro profissional do turismo e da hotelaria.

Para além do ID Jovem, existe uma ferramenta chamada Worldpackers, que pode ser usada em associação com o programa, de modo a baratear ainda mais os custos com o turismo pedagógico dos estudantes. Trata-se de uma rede colaborativa mundial, presente em 170 países e amplamente aderida nos principais destinos do Brasil, em que se paga hospedagem com trabalho voluntário. Com essa ferramenta é possível desenvolver habilidades, aprender idiomas e conhecer pessoas através de uma imersão cultural através de um serviço de anfitriagem. Entre os lugares em que o estudante pode ficar há hostels, ONGs, escolas, fazendas ou projetos ecológicos por todo o mundo. Além de hospedagem, alguns anfitriões oferecem também outros benefícios como refeições, lavanderias, passeios e até mesmo pequenos pagamentos em dinheiro pelo trabalho excedente, dependendo de suas habilidades.

A Worldpackers é uma plataforma segura e confiável, com mais de 1.500.000 de membros em todo o mundo. Por questões de segurança, os anfitriões e viajantes recebem avaliações, além de ter toda ajuda e suporte da equipe, caso precise em qualquer momento da viagem. Contudo, para ter acesso a plataforma é preciso pagar uma taxa de US\$ 49,00 e com ela, conseguir contatar quantos anfitriões quiser durante 1 ano e meio.

Sendo assim, há opções tanto de deslocamento, quanto de hospedagem para que os alunos dos cursos de Turismo e Hotelaria possam aprimorar seus conhecimentos práticos em turismo e a hotelaria e se tornar um profissional multifacetado e mais preparado.

Ao fim do capítulo, é importante reforçar, novamente, que o programa ID jovem não é usado apenas como meio de locomoção interestadual, ou seja, para viagens, mas também é de grande utilidade para acesso à cultura e lazer, pois possibilita o acesso a lugares como teatros, cinemas, eventos esportivos, atrações turísticas, através da venda de ingressos com 50% de desconto.

Outra questão a ser exposta é que os cursos de Turismo e Hotelaria da UFMA não são compostos apenas de jovens de 17 a 29 anos, há os que estão acima dessa faixa etária, portanto, não alcançados pelo programa social. Infelizmente, para essa parte dos alunos, não há nenhum tipo de assistência nesse sentido, e é bastante

válido questionar se não seria necessária uma política que os inclua e lhes oportunize a mesma possibilidade.

Vale destacar ainda que no programa ID Jovem ainda há diversos entraves e limitações que devem ser discutidos e melhorados, tanto por parte do poder público, quanto pela iniciativa privada, para que beneficie ainda mais jovens, não apenas na universidade, mas os que estão fora dela, para que ocupem o tempo ocioso, ofereça cultura e amenize os efeitos da desigualdade do país.

Por fim, faz-se aqui um parêntese agora para um fato curioso, sobretudo no que diz respeito ao direito de mobilidade e território. É que o programa ID Jovem se encontra vinculado apenas às políticas do Estatuto da Juventude, mas não é citado nas políticas de turismo do governo federal. (GONÇALVES FARIAS; RAGAGNIN PIMENTEL, 2021)

4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Nesse estudo fez-se, a princípio, uma pesquisa bibliográfica e documental para saber mais a respeito do programa ID Jovem, destacando textos e estudiosos para o desenvolvimento do tema aqui em análise.

Acerca da pesquisa bibliográfica e documental, Fonseca (2002, p. 32) preconiza que

A pesquisa documental trilha os mesmos caminhos da pesquisa bibliográfica, não sendo fácil por vezes distingui-las. A pesquisa bibliográfica utiliza fontes constituídas por material já elaborado, constituído basicamente por livros e artigos científicos localizados em bibliotecas. A pesquisa documental recorre a fontes mais diversificadas e dispersas, sem tratamento analítico, tais como: tabelas estatísticas, jornais, revistas, relatórios, documentos oficiais, cartas, filmes, fotografias, pinturas, tapeçarias, relatórios de empresas, vídeos de programas de televisão, etc. (FONSECA, 2002, p. 32)

Quanto aos objetivos, tratou-se de uma pesquisa exploratória e descritiva, uma vez que almejou-se adquirir uma maior familiaridade com o tema proposto, de modo a ser possível descrever fatos e também construir hipóteses acerca desse. Sobre as pesquisas exploratórias, Marconi e Lakatos (1990) afirmam que

São investigações de pesquisa empírica cujo objetivo é a formulação de questões ou de um problema, com tripla finalidade: desenvolver hipóteses, aumentar a familiaridade do pesquisador com um ambiente, fato ou fenômeno, para a realização de uma pesquisa futura mais precisa ou modificar e clarificar conceitos. Empregam-se geralmente procedimentos sistemáticos ou para a obtenção de observações empíricas ou para as análises de dados (ou ambas, simultaneamente). Obtêm-se frequentemente descrições tanto quantitativas quanto qualitativas do objeto de estudo, e o investigador deve conceituar as inter-relações entre as propriedades do fenômeno e do ambiente observado. (MARCONI; LAKATOS, 1990, p. 77)

Utilizou-se como instrumento de coleta de dados um questionário estruturado em formato eletrônico e enviado aos alunos dos cursos de Turismo e de Hotelaria da Universidade Federal do Maranhão (UFMA) através do aplicativo de rede social WhatsApp. Conforme Marconi e Lakatos (2006), o questionário é um instrumento composto por perguntas ordenadas que podem ser respondidas sem a presença do pesquisador. A escolha desse instrumento levou em consideração o momento pandêmico pelo qual o mundo passa e tomou esta como a forma mais segura para a aplicação dos questionários.

Cabe citar que o formulário utilizado na pesquisa pode ser visualizado através do endereço eletrônico <<https://forms.gle/VD2W3F3YsBVhTvUA7>> e no apêndice deste trabalho.

No questionário, que foi aplicado entre os dias 12 e 20 de março de 2021, havia 16 perguntas divididas em questões socioeconômicas, conhecimentos e opiniões sobre políticas públicas para a juventude e sobre o próprio ID Jovem.

A fim de atingir o público-alvo, adotou-se a estratégia de divulgar o formulário em 4 grupos de alunos de Turismo e Hotelaria no aplicativo Whatsapp, além falar individualmente com 250 alunos e pedir que respondessem ao questionário. Ao todo, obteve-se 163 respostas, sendo 78 alunos do curso de Turismo e 85 alunos de Hotelaria, que serão a amostra dessa pesquisa.

Ainda se tratando de recorte amostral, é importante dizer que se trata da diminuição da população do escopo de trabalho a uma extensão reduzida, a fim de possibilitar a análise e assumindo que os respondentes que acessaram o questionário podem, de alguma forma, representar o todo do universo pesquisado.

Cabe citar, por fim, que o universo da pesquisa abrange 559 alunos atualmente matriculados nos dois cursos, sendo que 261 cursam Turismo e 298, Hotelaria.

5 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Nesta seção serão apresentados os resultados da pesquisa realizada com os estudantes dos cursos de Turismo e Hotelaria, seguido da discussão dos dados coletados.

5.1 Análise

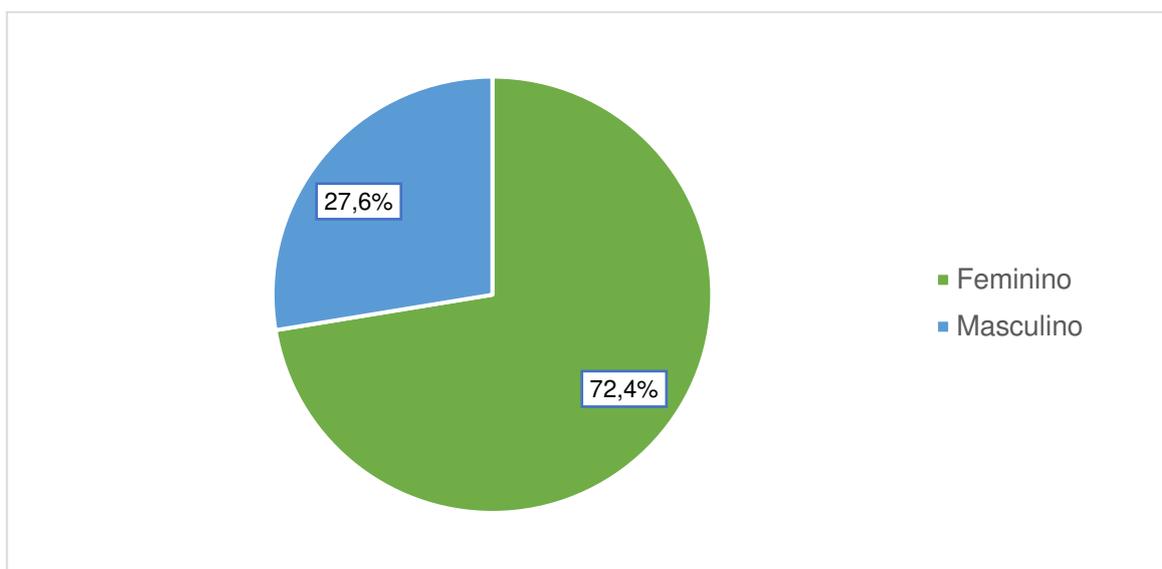
Como anteriormente citado, para levantar os dados que foram analisados nessa pesquisa, utilizou-se um formulário na plataforma do Google Formulários, o qual enviou-se aos alunos de Turismo e Hotelaria através do aplicativo WhatsApp.

Cabe destacar que antes da aplicação dos questionários finalizados com os alunos, realizou-se um pré-teste. Esse pré-teste consistiu em uma pesquisa reduzida, com dez alunos, com o intuito de receber um feedback destes sobre as perguntas do questionário, a fim de ajustá-lo, caso fosse necessário, antes de mandar para um número maior de estudantes.

O universo da pesquisa abrange 559 alunos atualmente matriculados nos dois cursos, sendo que 261 cursam Turismo e 298, Hotelaria. Ao todo, obteve-se 163 respostas ao questionário, que será o recorte amostral dessa pesquisa e cujos gráficos apresentou-se a seguir para uma melhor visualização e compreensão.

A primeira pergunta dizia respeito ao gênero dos entrevistados. Verificou-se que 72,4% são mulheres e 27,6% são homens.

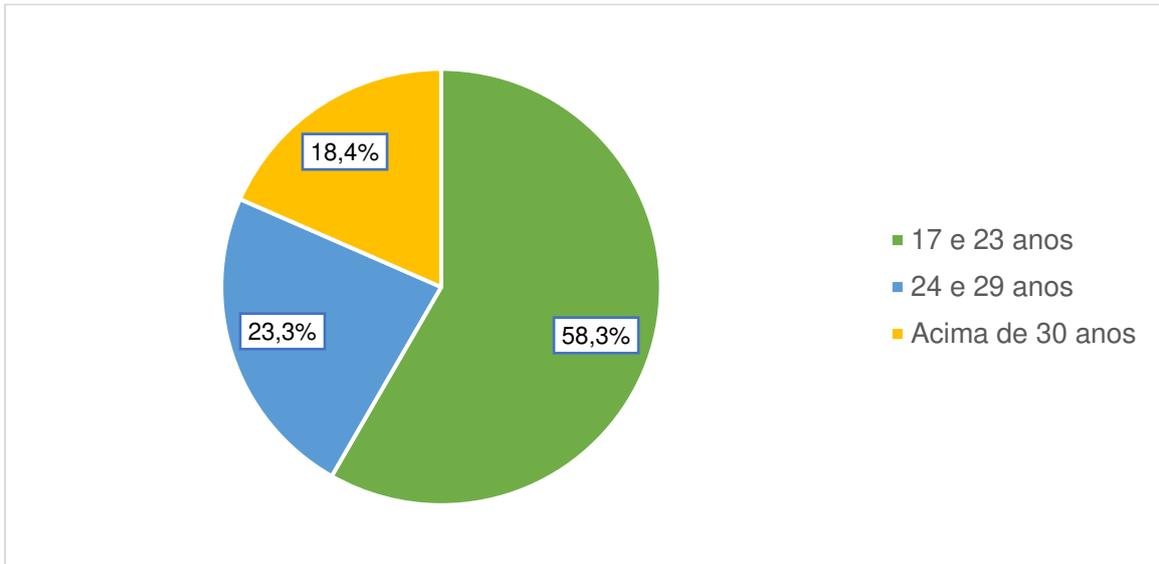
Gráfico 1 – Gênero



Fonte: próprio autor

Em seguida, perguntou-se sobre a faixa etária destes. A grande maioria tem a faixa etária enquadrada no programa ID Jovem. 58,3% têm entre 17 e 23 anos e 23,3% têm de 24 a 29 anos. Apenas 18,4% afirmou ter mais de 30 anos.

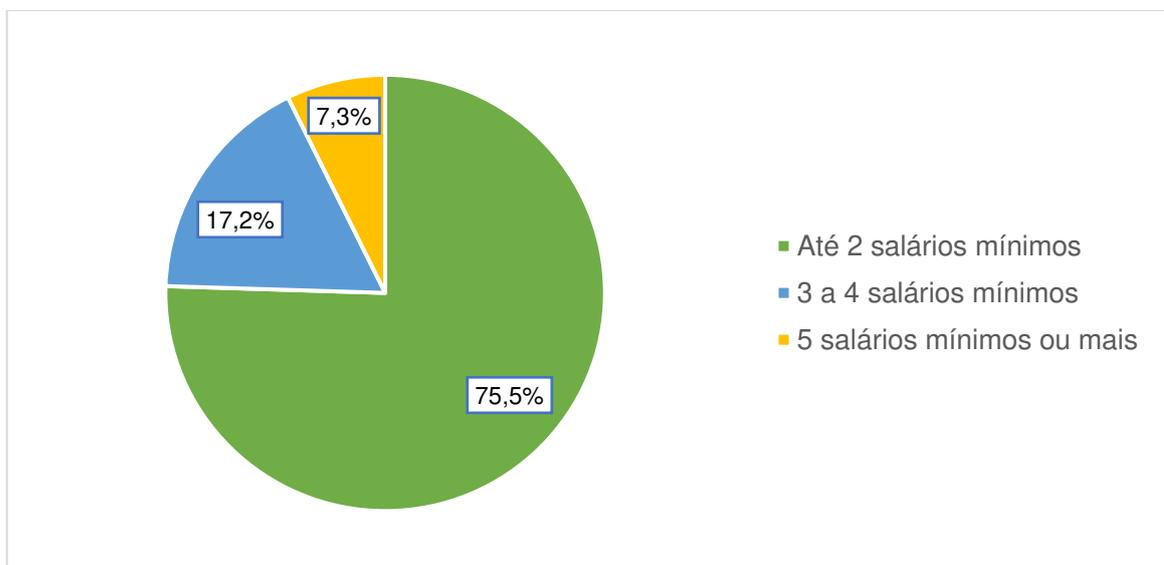
Gráfico 2 – Faixa etária



Fonte: próprio autor

A terceira pergunta buscou saber a renda familiar dos estudantes. Dos 163 discentes que responderam à pesquisa, 92,7% tem renda familiar de até 4 salários mínimos. Aqui, vê-se também que 75,5% está na faixa de renda nivelada pelo programa federal.

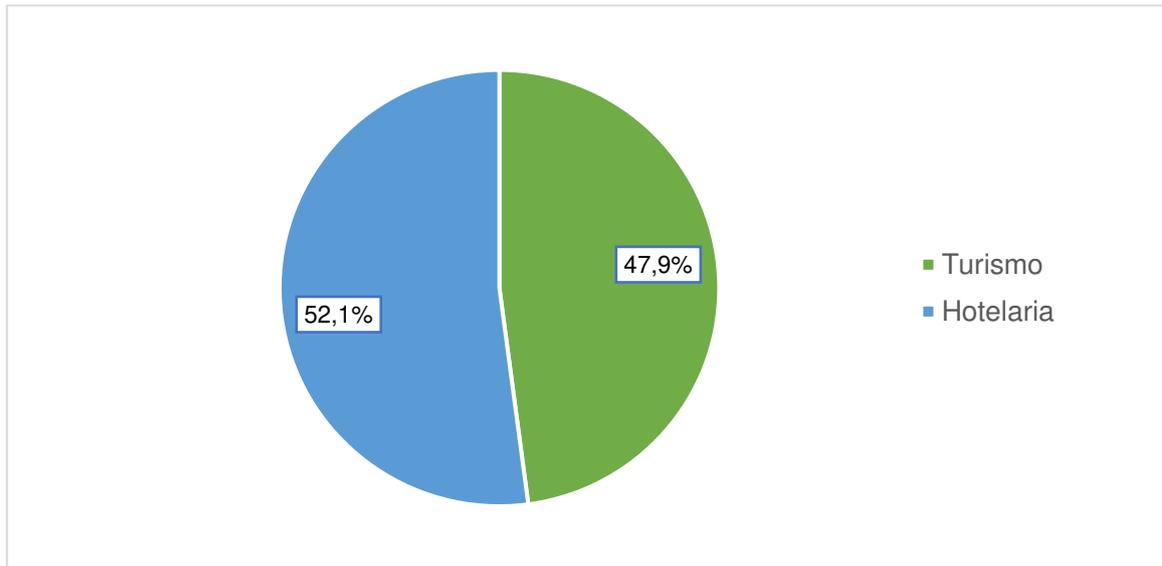
Gráfico 3 - Renda familiar mensal



Fonte: próprio autor

A pergunta seguinte era sobre o curso em que o entrevistado frequenta a graduação. Percebeu-se um certo equilíbrio nas respostas, sendo que 52,1% disseram ser estudantes de Hotelaria e 47,9%, de Turismo.

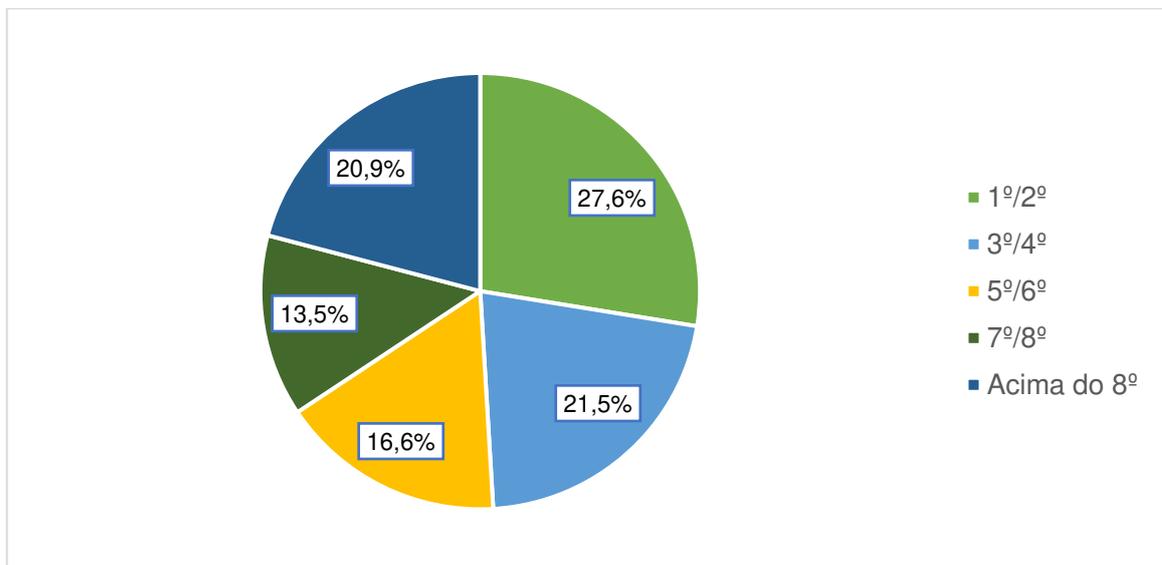
Gráfico 4 – Curso



Fonte: próprio autor

Dando prosseguimento à pesquisa, perguntou-se em que semestre da graduação os estudantes se encontravam. Observou-se que a maioria dos estudantes se encontra até o 3º ano de curso, ou seja, até o 6º período.

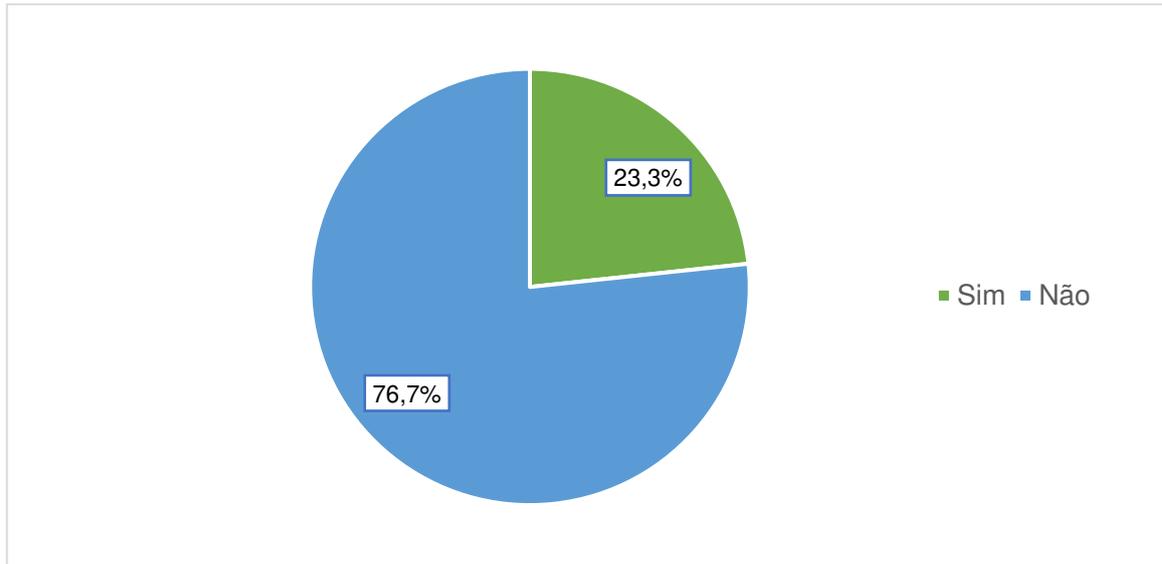
Gráfico 5 – Período de graduação



Fonte: próprio autor

Na pergunta subsequente, buscou-se saber se os entrevistados conheciam alguma política pública que proporcione aos jovens de baixa renda acesso a conhecimento, cultura e lazer. Uma ampla maioria (76,7%) afirmou desconhecer políticas dessa natureza.

Gráfico 6 - Você conhece políticas públicas que proporcionem a jovens de baixa renda acesso a conhecimento, cultura e lazer?

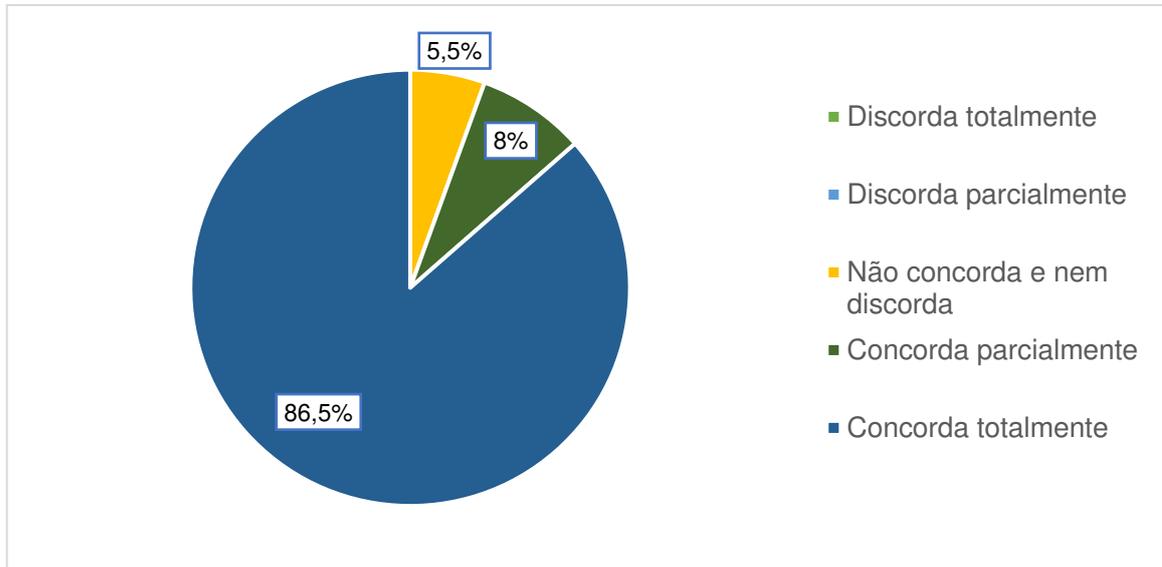


Fonte: próprio autor

Dentre os 23,3% que deram uma resposta afirmativa, pediu-se que dessem exemplos de políticas que conheciam. A maioria citou o ID Jovem. Contudo, como a pergunta foi abrangente, foram citados vários outros exemplos, como os cursos de línguas no IEMA, a escolinha de basquete Iziane Costa, a lei de cotas, os cursos profissionalizantes como o do Pronatec e do Senai, o ProUni, o Fies, o Projeto Incluir, a lei de meia entrada, o Jovem Aprendiz, o Enem, o Programa Mais Educação e o Jovens Embaixadores do Turismo, dentre outros que os entrevistados consideravam políticas para a juventude.

A questão seguinte buscou medir a concordância ou discordância dos entrevistados quanto a políticas públicas que proporcionem aos jovens de baixa renda acesso a conhecimento, lazer e cultura. A grande maioria disse concordar totalmente (86,5%). Por sua vez, 8% afirmou que concorda parcialmente e 5,5% disse não concordar e nem discordar da assertiva.

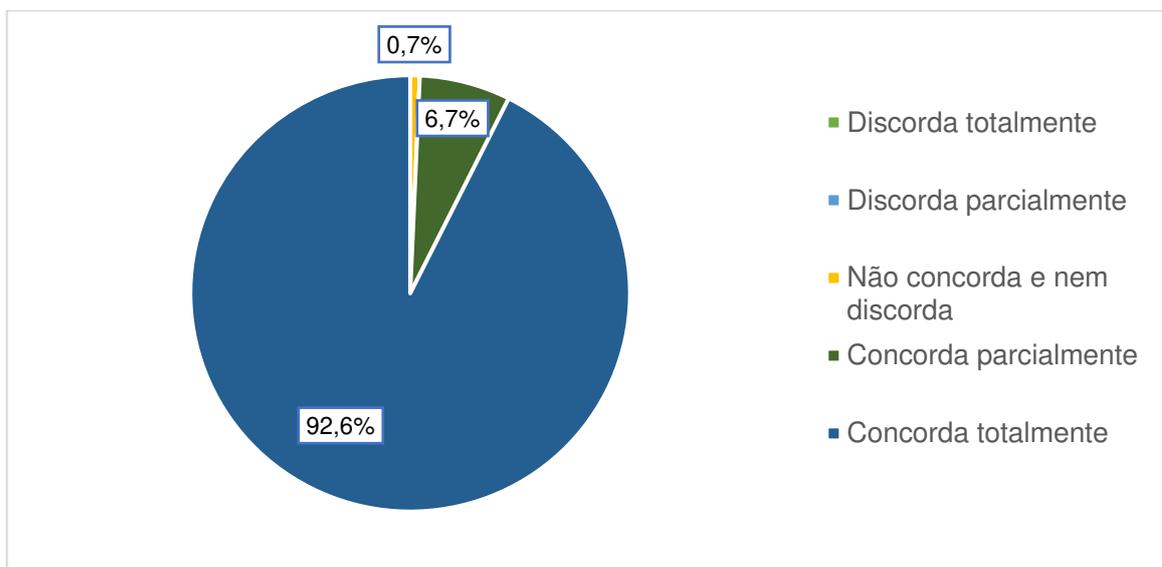
Gráfico 7 - Com relação a políticas públicas que proporcionem a jovens de baixa renda acesso à conhecimento, cultura e lazer, você:



Fonte: próprio autor

A seguir, perguntou-se a opinião dos entrevistados acerca de um programa que proporcionasse o acesso dos estudantes de Turismo e Hotelaria a viagens interestaduais pelo Brasil, como forma de complementar sua formação profissional. Aqui, a concordância ultrapassou os 99%, com apenas uma pessoa afirmando não concordar nem discordar, como vemos no gráfico abaixo.

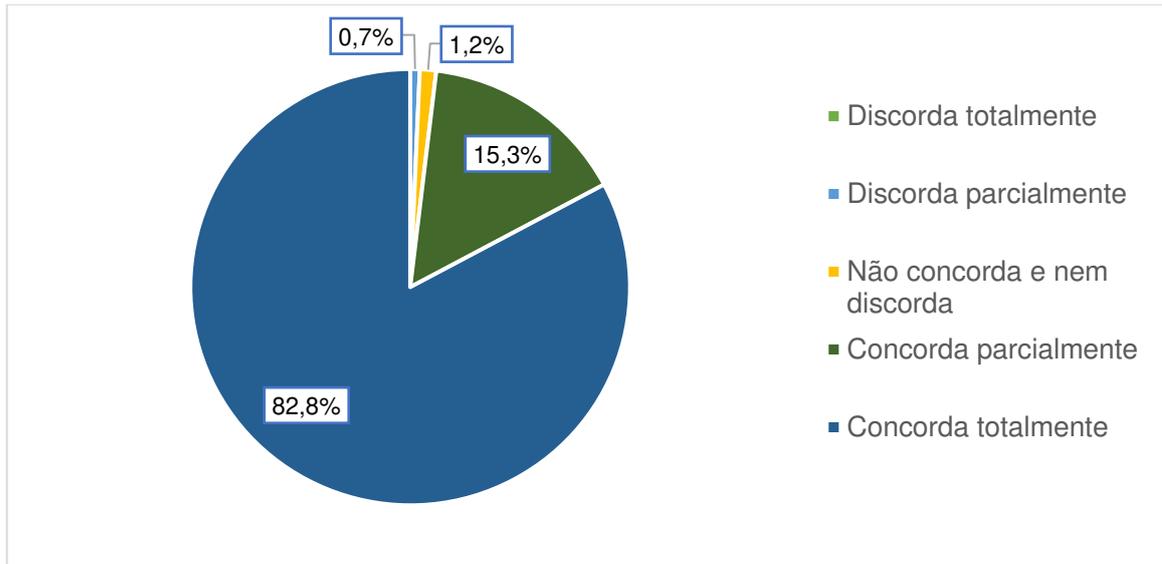
Gráfico 8 - Com relação a um programa que proporcione o acesso dos estudantes de Turismo e Hotelaria a viagens interestaduais, no Brasil, como complemento à sua formação profissional, você:



Fonte: próprio autor

A próxima pergunta abordou a questão das metodologias ativas, em que a aprendizagem ocorre de forma autônoma e participativa, a partir de situações reais, e a percepção dos entrevistados quanto à relevância destas para sua formação acadêmica. Percebeu-se que a maioria dos entrevistados considera as metodologias ativas relevantes para sua formação acadêmica.

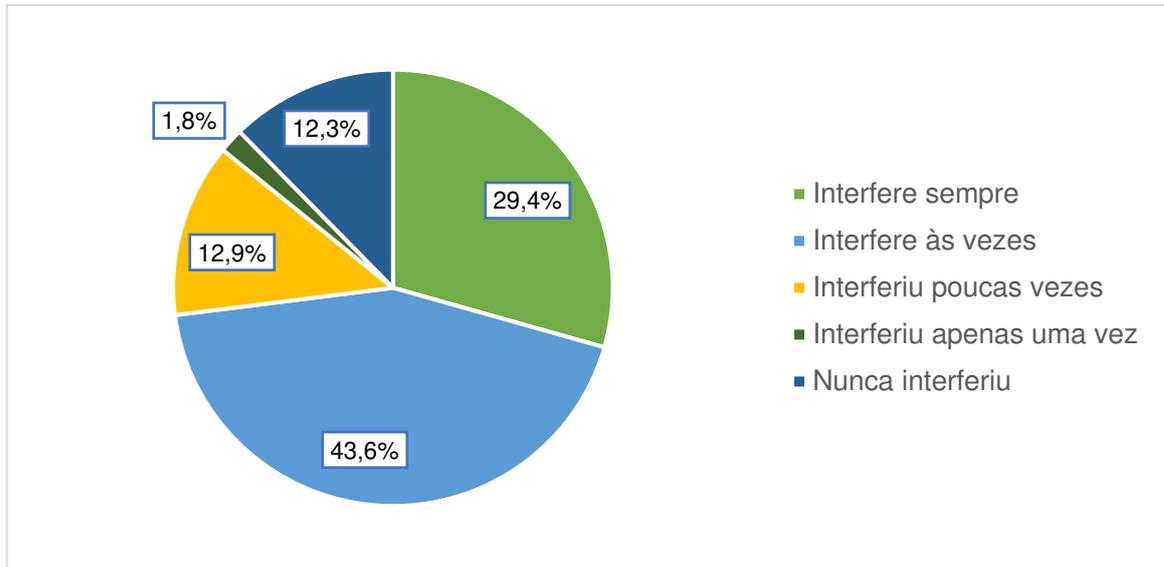
Gráfico 9 – Com relação a metodologias ativas e sua relevância para a formação acadêmica, você:



Fonte: próprio autor

A pergunta posterior indagou os entrevistados quanto à relação entre sua renda familiar com sua participação em aulas práticas, visitas técnicas e outras metodologias ativas que necessitem de deslocamento. A intenção era identificar o nível de interferência que uma tem sobre a outra.

Gráfico 10 - Qual é a relação entre sua renda familiar mensal e sua participação em visitas técnicas, aulas práticas e/ou outras metodologias de aprendizado ativo que necessitem deslocamento?

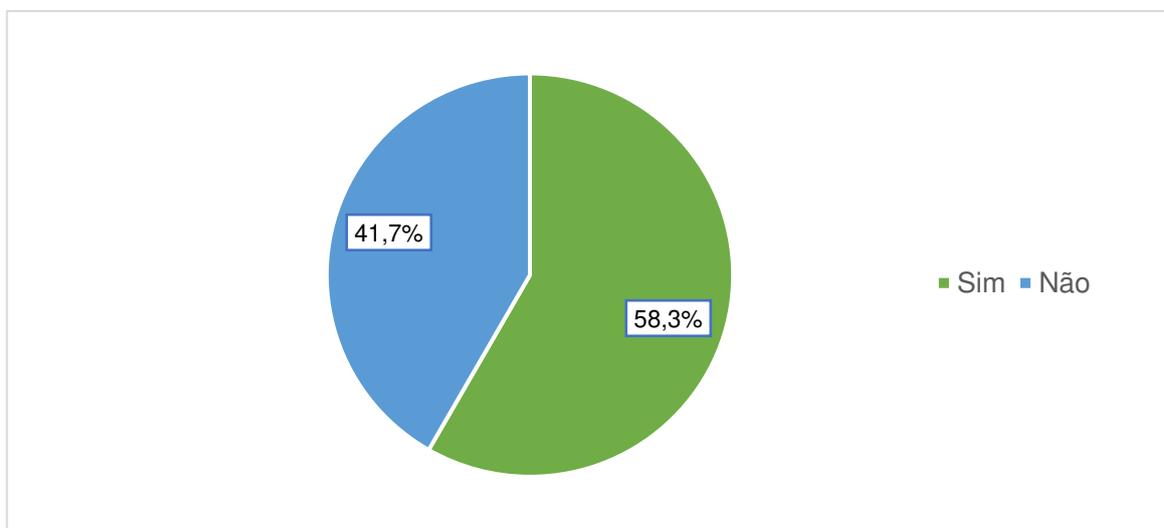


Fonte: próprio autor

Como é possível observar, a maioria dos estudantes respondeu que sua renda interfere na participação em atividades que exijam deslocamento, diferindo apenas na frequência com que isso ocorre.

O último bloco de perguntas, ateu-se mais especificamente ao programa ID Jovem. Assim, a princípio, perguntou-se aos entrevistados se o conheciam. Verificou-se que um pouco mais da metade dos que responderam à pesquisa conhecem o programa federal (58,3%).

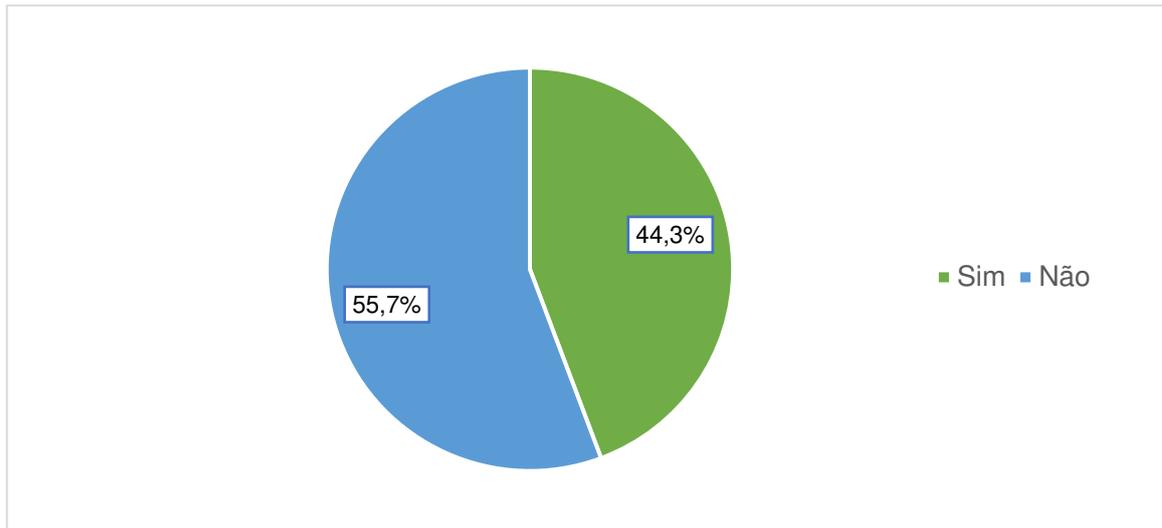
Gráfico 11 – Você conhece o ID Jovem?



Fonte: próprio autor

Aos que deram resposta afirmativa, perguntou-se se sabiam como participar do programa. A resposta então foi negativa, pois mesmo entre os que conhecem o ID Jovem, a maioria não sabe como participar dele (55,7%).

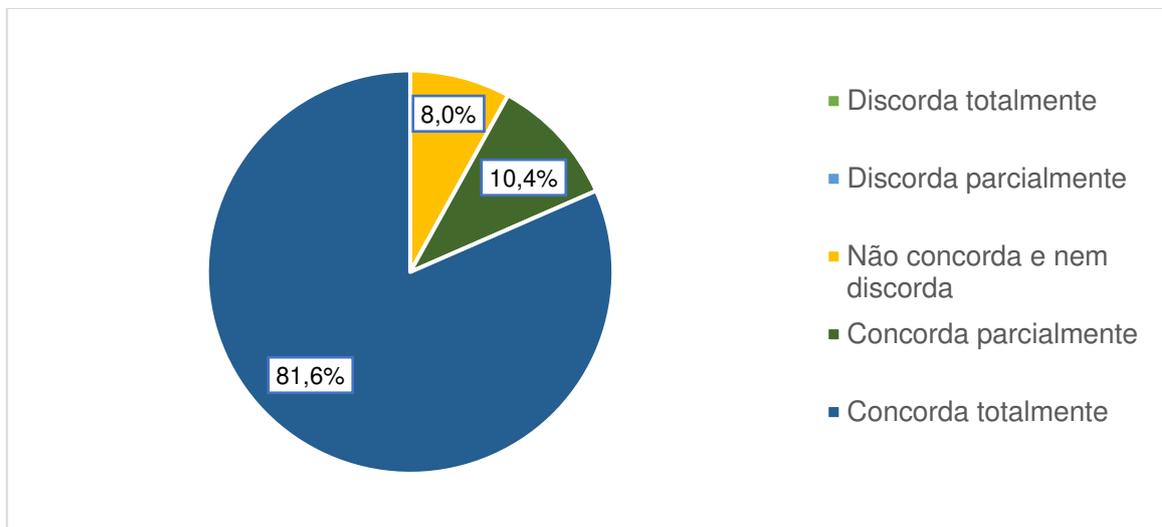
Gráfico 12 - Em caso de resposta afirmativa à pergunta 12, você sabe como participar do programa ID Jovem?



Fonte: próprio autor

A seguir, questionou-se os entrevistados sobre o que achavam da proposta do ID Jovem, de oferecer acesso aos jovens de baixa renda a eventos culturais, esportivos e viagens interestaduais.

Gráfico 13 – Com relação à proposta do ID Jovem, (programa do Governo Federal como forma de os jovens terem acesso a eventos culturais, esportivos e viagens interestaduais), você:

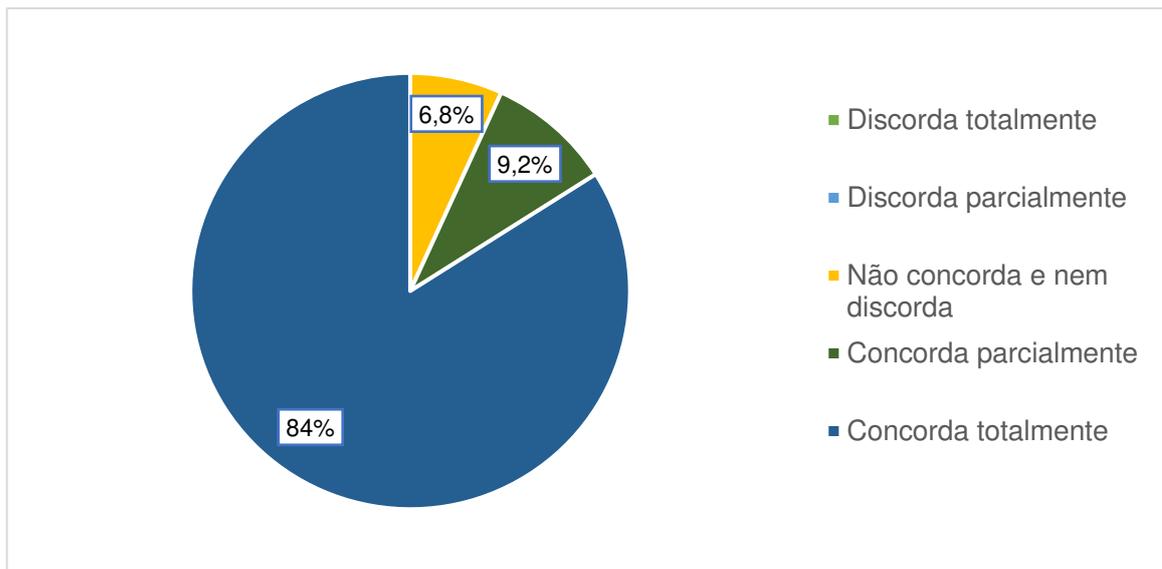


Fonte: próprio autor

Percebeu-se que a maioria concorda com a proposta do programa, seja total ou parcialmente, e apenas 8% preferiu se isentar e não concorda e nem discorda.

A penúltima pergunta do questionário pediu aos entrevistados que opinassem sobre a possibilidade de o ID Jovem ser utilizado para a formação e aprendizagem dos estudantes.

Gráfico 14 – Com relação ao ID Jovem ser utilizado como oportunidade para a formação e aprendizado de discentes, você:

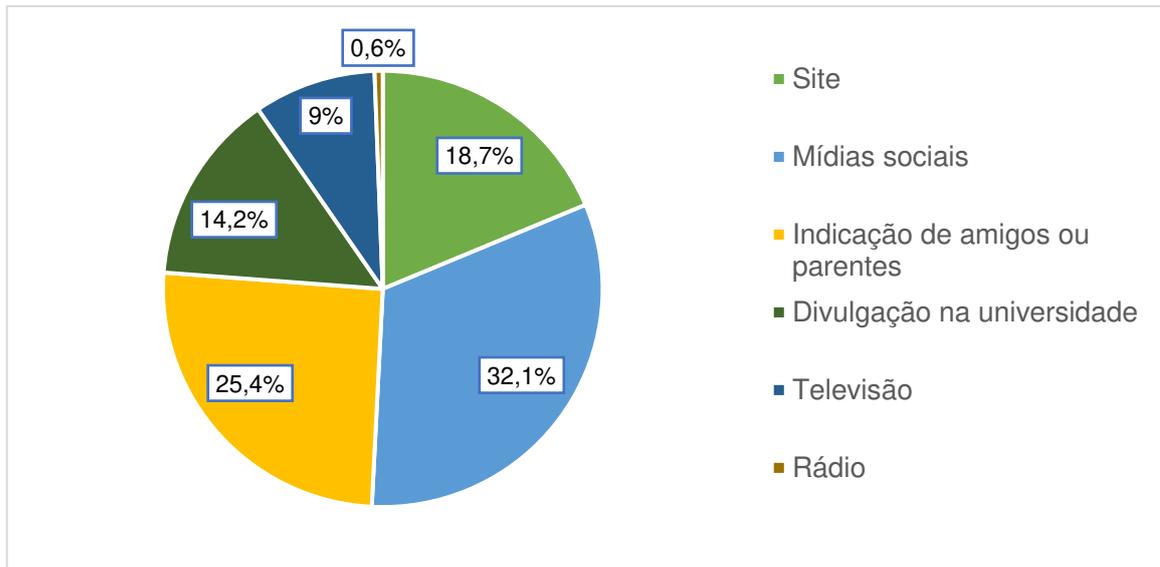


Fonte: próprio autor

Com uma escolha expressiva, vê-se que muitos concordam que o ID Jovem poderia ser utilizado como oportunidade para ampliar os conhecimentos e potencializar o aprendizado dos discentes.

Por fim, a última pergunta foi direcionada apenas àqueles que disseram conhecer o programa federal em pergunta feita anteriormente. O propósito era saber como os entrevistados conheceram o ID Jovem.

Gráfico 15 – Como você conheceu o ID Jovem?



Fonte: próprio autor

Observando o gráfico, percebe-se que a maioria dos entrevistados conheceu o programa através das mídias sociais (32,1%), seguidos daqueles que o conheceram através da indicação de amigos ou parentes (25,4%) e através do próprio site do programa (18,7%).

5.2 Discussão

Depois de expostos todos os dados obtidos, é possível levantar alguns pontos que chamam atenção para analisar. O primeiro ponto a destacar é o quanto a questão da informação é, de fato, primordial. Isso foi bastante citado no capítulo “Políticas sociais para a juventude e o programa Identidade Jovem (ID Jovem)”, e através da análise dos dados pode-se verificar que uma grande parte dos estudantes desconhece o programa social federal e mesmo entre aqueles que o conhecem há dúvidas quanto à forma de participar deste.

Os dados levantados ratificam o que Barcelos et al (2018) traz à tona em seu estudo sobre o ID Jovem quando diz que um dos maiores empecilhos para o uso do ID Jovem é a falta de clareza quanto a forma de obtê-lo e como proceder para utilizá-lo.

Com isso, é possível perceber também que a despeito dos esforços investidos quando o programa foi lançado para que os jovens o conhecessem e utilizassem, no decorrer dos anos essa divulgação acabou diminuindo drasticamente, o que poderia explicar o fato de que uma das maiores fontes de conhecimento dos entrevistados

sobre o programa federal são amigos e parentes, que possivelmente já devem ter utilizado o programa e podem ter os orientado quanto ao processo, desde o cadastramento no Cadúnico até o uso da carteirinha ID Jovem 2.0.

Por isso, reforça-se o quanto é fundamental ampliar a divulgação do ID Jovem e tirar as dúvidas que porventura surgirem quanto à forma de obtê-lo e utilizá-lo, de forma a possibilitar que os possíveis beneficiários usufruam de seus direitos. A partir disso, novamente, destaca-se a relevância desse estudo para a academia.

O segundo ponto, que de certa forma complementa o anterior, é que a maioria dos estudantes entrevistados estão na faixa etária e de renda familiar que estão enquadradas no ID Jovem. Some-se a isso o fato de muitos ainda estarem no começo dos seus respectivos cursos. Em outras palavras, muitos desses jovens poderiam estar utilizando esse direito em seu próprio benefício, para vivenciar experiências lúdicas, culturais, acadêmicas e profissionais. E mais, poderiam utilizar o programa por um tempo relativamente longo, pois como visto, muitos estão ainda no início da graduação e tem até 23 anos de idade.

O terceiro e último ponto a ser ressaltado é que a maioria dos entrevistados reconhece a importância das metodologias ativas para sua formação, isto é, de um aprendizado que não esqueça da teoria, mas que esteja mais pautado nas experiências e vivências reais, como preconizam Beni (1992) e Moran (2018). Contudo, muitos encontram entraves para participar de atividades que exijam seu deslocamento.

Essa percepção dos discentes quanto à importância de metodologias ativas, corrobora o que pontuam Brandão; Cavalcante; Temoteo (2014) e Carvalho; Vieira; Viana (2012). As autoras afirmam que nas viagens os alunos têm a oportunidade de interagir com os destinos turísticos, o que pode ser um grande aliado da aprendizagem, pois aproxima o estudante da realidade e permite a este vivenciar situações que se tornarão experiências significativas e aprimorarão seu aprendizado, o que é determinante para suas ações e seu desempenho no futuro.

Por exemplo, uma das áreas em que os alunos que viajam mais podem melhorar, é na capacidade de analisar fluxos turísticos e planejar um sistema turístico, a fim de adequá-lo aos turistas, conforme cada público. Habilidades essas, que muitos alunos e egressos carecem.

Assim, o ID Jovem poderia contribuir no sentido de possibilitar aos estudantes poderem organizar, por conta própria, esses deslocamentos a nível regional e

nacional a um custo muito baixo, podendo praticar, dessa forma, os saberes previamente adquiridos, além de obter novos conhecimentos.

É importante ressaltar que não é de hoje que turismo na juventude é visto como uma prática formadora e uma experiência educativa. Sabemos, entretanto, que a falta de dinheiro é um inibidor para viagens. Por isso, acredita-se que a difusão do ID Jovem dentro dos muros da universidade ajudaria a democratizar a prática de viajar autonomamente entre os estudantes, o que ajudaria a extirpar o estigma de que o turismo é algo elitizado ou distante da realidade de boa parte dos estudantes, inclusive os de Turismo e Hotelaria.

Além disso, como Bonfim (2010) aponta, assim como aliar teoria e prática é essencial, é importante também unir aprendizagem e lazer, pois quando se pensa em aprendizado, em buscar conhecimentos fora da universidade, alguns logo pensam em algo monótono e sem atrativos, o que não é um fato, pois é possível notar que associar o turismo pedagógico ao lazer é uma prática pedagógica muito positiva e atrativa para os estudantes.

Ao utilizar o programa ID Jovem para fazer turismo pedagógico, por exemplo, os estudantes poderiam fazer essa associação entre aprendizagem e lazer, pois embora o lazer não seja o objetivo primordial de uma viagem pedagógica, este daria outra configuração para o aprendizado, mais leve e prazeroso, pois a todo momento há aprendizado, seja estando em contato com a natureza, estudando o espaço, seja na vivência com a cultura e socialização com os locais e os equipamentos turísticos.

Sobre isso, Correia (2019) sugere ainda que a prática, aliada ao fato de o estudante ser o sujeito da sua aprendizagem, que aconteceria de forma autônoma e natural pode ser um forte elemento motivador para o aprendizado deste, o que é algo importante quando se trata da aprendizagem de jovens adultos.

Por fim, algo que chamou atenção foi a receptividade dos discentes quanto ao que foi proposto nesse estudo. No decorrer da aplicação dos questionários, pode-se observar, através de *feedbacks* dos próprios estudantes após o contato inicial, seu interesse pelo tema e o desejo de entender melhor o funcionamento do programa, a fim de poderem usufruir melhor desse direito, o que nos demonstra que essa pesquisa pode acrescentar bastante em seu olhar sobre o programa ID Jovem e sua formação, o que é bastante gratificante para um pesquisador.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Realizando essa pesquisa pode-se perceber que pouco se sabe a respeito de políticas públicas para a juventude e sobre o ID Jovem nos cursos de Turismo e Hotelaria. Vê-se que ainda que tenha havido uma forte divulgação nacional quando o programa foi lançado, hoje este não é mais tão difundido e conhecido entre os jovens.

Com base nas respostas do público-alvo da pesquisa, percebe-se ainda que embora alguns estudantes entrevistados conheçam o programa social federal, a maioria não sabe como participar deste, o que acaba por dificultar o acesso desses jovens a esse direito, assegurado no Estatuto da Juventude. Por isso, é fundamental que sejam orientados também quanto ao processo para cadastramento, emissão e uso da carteirinha ID Jovem 2.0, como buscou-se evidenciar em um capítulo deste estudo.

Observou-se também que os alunos têm consciência da importância das metodologias ativas, ou seja, as que unem a teoria aprendida na universidade com a prática conquistada a partir da experiência em situações reais, para sua formação profissional, pois entendem, assim como Beni (2012), que “a formação acadêmica em turismo exige estreita relação com a prática”. Contudo, a questão financeira acaba por interferir na participação de uma boa parte deles em se tratando de atividades que precisem de deslocamento.

Sendo assim, confirmou-se a proposição levantada nessa pesquisa, pois o ID Jovem pode, sim, ser um importante aliado para o alcance desse conhecimento prático, pois possibilita aos jovens, desde que enquadrados nas faixas de renda e etária atendidos pelo programa, o acesso a cultura, conhecimento e lazer, tanto a nível local, através de descontos em eventos culturais, como também a nível nacional, podendo emitir passagens grátis ou com descontos, o que permite que conheçam novos destinos e aprendam, através de suas próprias experiências, como funciona o mercado turístico.

Desse modo, pode-se afirmar também que o turismo pedagógico possibilitado pelo ID Jovem pode gerar um enriquecimento de aprendizado para os alunos de Turismo e Hotelaria, sem um grande investimento. Dessa forma, o programa não seria apenas uma forma de democratizar o acesso a viagens para alunos que não tem um

alto poder aquisitivo, mas também de oferecer a essas jovens experiências únicas, que seriam lembradas e repercutiriam em toda sua vida profissional.

Por fim, ressalta-se que esse tema é algo que ainda precisa ser mais aprofundado e discutido e não deve, de forma alguma, se esgotar aqui. Espera-se, pois, que esse trabalho apenas abra o debate para a questão das políticas públicas para a juventude, em especial sobre o ID Jovem, dentro das universidades e suscite novas investigações, como por exemplo, de que maneiras esses jovens que possuem o ID Jovem o estão utilizando, dentre outras possibilidades.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, M.; CASTRO, M. G. Ser jovem no Brasil hoje: políticas e perfis da juven-tude brasileira. In: Humberto Dantas. (Org.). **Caderno Adenauer XVI - Juventude Brasil**. 1. ed. Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer, 2015.v. 1, p. 13-25. Disponível em: <https://bibliotecadigital.mdh.gov.br/jspui/handle/192/203>. Acesso em: 16.abr.2021.

BARBOSA, Frederico Barbosa; ARAÚJO, Herton. Juventude e Cultura. In: CASTRO, J. A.; AQUINO, L.; ANDRADE, C. (Orgs.). **Juventude e políticas sociais no Brasil**. Brasília: Ipea, p. 221-242, 2009.

BARCELOS, Janinne *et al.* **ID Jovem: uma identidade da juventude brasileira**. Brasília: Ibict; SNJ, 2018.

BARRETTO, Margarita. O Grand-tour revisitado. In: CORIOLANO, L. N. M. T. (org), **Turismo com ética**, Fortaleza: FUNECE, 2ª edição, 1998.

Beck, C. (2015). **Malcolm Knowles: o pai da andragogia**. Andragogia Brasil. Disponível em: <https://andragogiabrasil.com.br/malcolm-knowles>. Acesso em: 25.out.2020.

BENI, Mário Carlos. EXPERIÊNCIA INTERNACIONAL DO ENSINO DE TURISMO E HOTELARIA: Modelos para Avaliação. **Revista Turismo em Análise**; v. 3 n. 2 (1992); 7-21

BONFIM, Mailane Vinhas de Souza. POR UMA PEDAGOGIA DIFERENCIADA: Uma reflexão acerca do turismo pedagógico como prática educativa. In: **Turismo - Visão e Ação**. vol. 12, núm. 1, janeiro-abril, 2010, p. 114-129, Universidade do Vale do Itajaí, Camboriú, Brasil.

BRANDÃO, Jammilly Mikaela Fagundes; CAVALCANTE, Erica Dayane Chaves; TEMOTEO, Joelma Abrantes Guedes. O Processo de Aprendizagem de Alunos de Turismo e Hotelaria Sob a Perspectiva Andragógica. In: **Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo**. São Paulo, 8(3), pp. 531-551, set./dez. 2014.

BRASIL. **Decreto nº 8.537, de 5 de outubro de 2015**. Regulamenta a Lei nº 12.852, de 5 de agosto de 2013, e a Lei nº 12.933, de 26 de dezembro de 2013, para dispor sobre o benefício da meia-entrada para acesso a eventos artístico-culturais e esportivos e para estabelecer os procedimentos e os critérios para a reserva de vagas a jovens de baixa renda nos veículos do sistema de transporte coletivo interestadual. Brasília, DF: Presidência da República, 2015. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/decreto/D8537.htm. Acesso em: 29 ago.2020.

BRASIL. **Decreto nº 9.673, de 2 de janeiro de 2019**. Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, remaneja cargos em comissão, Funções Comissionadas do Poder Executivo e Funções Gratificadas, transforma cargos em comissão do grupo-Direção e Assessoramento Superiores - DAS e substitui cargos em comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores - DAS por Funções Comissionadas do Poder Executivo - FCPE. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/decreto/D9673.htm. Acesso em: 01 set.2020.

BRASIL. **Decreto nº 10.174, de 13 de dezembro de 2019**. Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, remaneja cargos em comissão e funções de confiança e transforma cargos em comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores - DAS e Funções Comissionadas do Poder Executivo – FCPE. Brasília, DF: Presidência da República, 2019. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/decreto/D10174.htm#art8. Acesso em: 01 set.2020.

BRASIL. **Lei nº 12.852, de 5 de agosto de 2013**. Estatuto da Juventude. Brasília, 2019. Disponível em: https://www.gov.br/mdh/pt-br/ESTATUTODAJUVENTUDE_Digital.pdf. Acesso em: 29 ago.2020.

CARVALHO, Renata Coppieters O. de; VIEIRA, Salete; VIANA, Moises dos. Visitas Técnicas: Ensino-Aprendizagem no Curso de Turismo. In: **IX Seminário da Associação Nacional Pesquisa e Pós-Graduação em Turismo**. 2012, Universidade Anhembi Morumbi, São Paulo.

CORREIA, Jonilson Costa. Educação, Turismo e Hotelaria: narrativas dos egressos do Curso de Hotelaria da Universidade Federal do Maranhão sobre Formação e Mercado de Trabalho. In: **Rev. Eletrônica Pesquiseduca**. Santos, Vol. 11, número 24, p. 234-251, maio-ago. 2019.

CORREIA, Jonilson Costa. O ENSINO SUPERIOR EM HOTELARIA NA UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO: percepções dos graduandos. In: **InterEspaço: Revista de Geografia e Interdisciplinaridade**. Grajaú/MA, v. 2, n. 6, p. 294-310, maio/ago. 2016.

FONSECA, J. J. S. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002. Apostila.

GONÇALVES FARIAS, W.; RAGAGNIN PIMENTEL, M. ID. Jovem 2.0, um turismo social pós-fordista? Estudo sobre os hábitos de viagem dos usuários do programa. **Revista de Turismo Contemporâneo**, Natal, v. 9, n. 1, p. 126-147, jan./abr. 2021.

JACCOUD, Luciana; HADJAB, Patrícia Dario El-Moor; ROCHET, Juliana. A política de assistência social e a juventude: um diálogo sobre a vulnerabilidade social? In: CASTRO, J. A.; AQUINO, L.; ANDRADE, C. (Orgs.). **Juventude e políticas sociais no Brasil**. Brasília: Ipea, p. 167-190, 2009.

MARANHÃO (Estado). Decreto nº 27.212, de 03 de janeiro de 2011. Organiza e define as finalidades e competências da Secretaria de Estado Extraordinária da Juventude e dá outras providências. **Diário Oficial do Estado do Maranhão: Poder Executivo**, Maranhão, ano 105, n. 01, p. 6, 03 jan. 2011. Disponível em: <https://www.diariooficial.ma.gov.br/public/index.xhtml>. Acesso em 21 mai.2021.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2006.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Técnicas de pesquisa**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1990.

MORAN, José. Metodologias Ativas para uma aprendizagem mais profunda. In: BACICH, Lilian; MORAN, José. (Orgs.). **Metodologias ativas para uma educação inovadora**. Porto Alegre: Penso, 2018. Disponível em: <https://curitiba.ifpr.edu.br/wp-content/uploads/2020/08/Metodologias-Ativas-para-uma-Educacao-Inovadora-Bacich-e-Moran.pdf>. Acesso em: 16 abr. 2021.

NOVAES, R. C. Prefácio. In: CASTRO, J. A.; AQUINO, L.; ANDRADE, C. (Orgs.). **Juventude e políticas sociais no Brasil**. Brasília: Ipea, p. 15-22, 2009

PANOSSO NETTO, A.; TRIGO, L. G. G. **Cenários do turismo brasileiro**. São Paulo: Aleph, 2009

PIMENTEL, Thiago Duarte; PAULA, Sara Conceição de. A inserção profissional no mercado de trabalho face às habilidades adquiridas na formação superior em turismo. In: **Revista de Turismo Contemporâneo – RTC**, Natal, v. 2, n. 1, p. 49-73, jan./jun. 2014.

SILVA, Enid Rocha da; ANDRADE, Carla Coelho de. A política nacional de juventude: avanços e dificuldades. In: CASTRO, J. A.; AQUINO, L.; ANDRADE, C. (Orgs.). **Juventude e políticas sociais no Brasil**. Brasília: Ipea, p. 41-69, 2009.

SILVA, Adailton da; SILVA, Josenilton da; ROSA, Waldemir. Juventude negra e educação superior. In: CASTRO, J. A.; AQUINO, L.; ANDRADE, C. (Orgs.). **Juventude e políticas sociais no Brasil**. Brasília: Ipea, p. 259-290, 2009.

SILVEIRA, Carlos Eduardo; MEDAGLIA, Juliana; GONÇALVES GÂNDARA, José Manoel. Quatro décadas de ensino superior de turismo no Brasil: dificuldades na formação e consolidação do mercado de trabalho e a ascensão de uma área de estudo como efeito colateral. In: **Turismo - Visão e Ação**. vol. 14, núm. 1, janeiro-abril, 2012, p. 6-18, Universidade do Vale do Itajaí, Camboriú, Brasil.

SPOSITO, Marília Pontes; CARRANO, Paulo César Rodrigues. Juventude e políticas públicas no Brasil. **Revista brasileira de educação**, n. 24, p. 16-39, 2003.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO. **Projeto Político Pedagógico do Curso de Turismo**, 2008. Disponível em: <http://www.ufma.br/portalUFMA/arquivo/Q6KH7pODnR4mf0E.pdf>. Acesso em: 08 set.2020.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO. **Projeto Político Pedagógico de Hotelaria Bacharelado UFMA**, 2019. Disponível em: <https://sigaa.ufma.br/sigaa/verProducao?idProducao=1129862&key=b82503f0fbd5aa48804bdbcecc216684a>. Acesso em: 15 mai.2021.

WORLDPACKERS. Disponível em: https://www.worldpackers.com/pt-BR/how_it_works. Acesso em: 20 ago.2020.

APÊNDICE A – Formulário utilizado na pesquisa para TCC

Prezado(a) aluno(a), esta pesquisa faz parte do trabalho de conclusão de curso de Bacharelado em Turismo de autoria do graduando Bruno Soeiro, com orientação do Prof. Me. Ruan Tavares, da UFMA. A temática é o programa ID Jovem como um aliado na formação prática dos estudantes de Turismo e Hotelaria da Universidade Federal do Maranhão.

1. Gênero:

- Masculino
- Feminino

2. Sua faixa etária está entre:

- 17 e 23 anos
- 24 e 29 anos
- Acima de 30

3. Renda familiar mensal

- Até 2 salários mínimos
- 3 a 4 salários mínimos
- 5 salários mínimos ou mais

4. Curso?

- Turismo
- Hotelaria

5. período de graduação

- 1º/2º
- 3º/4º
- 5º/6º
- 7º/8º
- + 8º

6. Você conhece políticas públicas que proporcionem a jovens de baixa renda acesso a conhecimento, cultura e lazer?

- Sim
- Não

7. Em caso de resposta afirmativa à pergunta 6, cite qual(is) política(s) pública(s) você conhece:

8. Com relação a políticas públicas que proporcionem a jovens de baixa renda acesso a conhecimento, cultura e lazer você:

- Discorda totalmente
- Discorda parcialmente
- Não concorda, nem discordo
- Concorda parcialmente
- Concorda totalmente

9. Com relação a um programa que proporcione o acesso dos estudantes de Turismo e Hotelaria a viagens interestaduais, no Brasil, como complemento à sua formação profissional, você:

- Discorda totalmente
- Discorda parcialmente
- Não concorda, nem discordo

- Concorda parcialmente
- Concorda totalmente

10. Com relação à metodologias ativas (como o Grand Tour, realizado pelos cursos de Turismo e Hotelaria, para que os alunos tenham uma vivência real e conhecimentos práticos em outros destinos turísticos) e sua relevância para a formação acadêmica, você:

- Discorda totalmente
- Discorda parcialmente
- Não concorda, nem discordo
- Concorda parcialmente
- Concorda totalmente

11. Qual é a relação entre sua renda familiar mensal e sua participação em visitas técnicas, aulas práticas e/ou outras metodologias de aprendizado ativo que necessitem deslocamento?

- Interfere sempre
- Interfere às vezes
- Interferiu poucas vezes
- Interferiu apenas uma vez
- Nunca interferiu

12. Você conhece o programa ID jovem?

- Sim
- Não

13. Em caso de resposta afirmativa à pergunta 12, você sabe como participar do programa ID Jovem?

- Sim
- Não

14. Com relação à proposta do ID Jovem, (programa do Governo Federal como forma de os jovens terem acesso a eventos culturais, esportivos e viagens interestaduais) você:

- Discorda totalmente
- Discorda parcialmente
- Não concorda, nem discordo
- Concorda parcialmente
- Concorda totalmente

15. Com relação ao ID Jovem ser utilizado como oportunidade para a formação e aprendizado de discentes, você:

- Discorda totalmente
- Discorda parcialmente
- Não concorda, nem discordo
- Concorda parcialmente
- Concorda totalmente

16. Como você conheceu o ID Jovem?

- Site
- Mídias sociais
- Indicação de amigos ou parentes
- Divulgação na universidade
- Televisão
- Rádio